

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52

**ATA DA 234ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA  
(20 de março de 2013)**

Aos vinte dias do mês de março de dois mil e treze, às treze horas, na Câmara Municipal de Londrina, após a constatação do quórum necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde para a ducentésima trigésima quarta reunião ordinária do CMS, tendo como pauta: **1-13h00-Análise e Aprovação da Pauta 234ª Reunião Ordinária do CMS e Aprovação da Ata 233ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde; 2-13h30- Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde Referente ao Mês de Dezembro de 2012 – Diretoria Financeira- Sandra Regina dos S. Silva; 3-14h30- Aprovação do Relatório Anual de Gestão da Saúde referente a 2012. (Parecer e Resolução); 4-16h00-Relato da Comissão do Fundo Municipal de Saúde; 5-16h30- Informes; 6-17h30-Teto máximo para encerramento.** O secretário municipal de Saúde e presidente do CMS, **Drº Francisco Eugênio**, cumprimenta a todos os presentes e diz que conforme deliberado em reunião anterior, gostaria de convidar um membro da Comissão Executiva para fazer parte da mesa. A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** pede questão de ordem e diz que isso não foi deliberado na reunião anterior e sim pela Comissão Executiva, pois não houve votação alguma do CMS. **Drº Francisco Eugênio** coloca que foi proposto que um membro da Comissão Executiva faria parte da mesa. A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** afirma que não houve a referida proposta, foi apenas informado e a conselheira Joelma participou da mesa, sendo que não houve votação para isso, e até que se vote ninguém deve participar da mesa, ao menos que o senhor secretário se julgue incapaz e seja feita uma votação para presidente. **Drº Francisco Eugênio** pede a conselheira **Juvira** que lhe deixe terminar a fala. **Eugênio** continua e diz que irá colocar em votação a proposta de convidar um conselheiro para participar da mesa. O conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** faz uso da palavra e diz que tem outra proposta. **Eliel** diz que tem em suas mãos o projeto de lei de mudança do CMS que irá ser votado na CML, diante disso, sua proposta é de que tudo fique como está e a partir do momento que documento passar pela câmara a situação seja revista. **Drº Francisco Eugênio** diz que de sua parte não há problema algum em alguém fazer parte da mesa ou não, mas, se é algo que gera tanta polemica ninguém será convidado a participar da mesa. O conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** pede o apoio do secretário para que o projeto supracitado seja votado e aprovado pelos vereadores o mais rápido possível. O secretário **Drº Francisco Eugênio** coloca a pauta do dia em votação. **O CMS aprova a pauta da 234ª reunião ordinária.** O secretário **Drº Francisco Eugênio** pergunta se alguém tem pedidos de inclusão na pauta. A conselheira **Maria Osvaldina de Mello Oliveira** solicita a inclusão do seguinte ponto de pauta: **Discussão Sobre as Unidades de Saúde União da Vitória e Maria Cecilia.** A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** solicita a inclusão dos seguintes pontos de pauta: **Esclarecimentos Sobre Reforma na UBS Lindóia, Esclarecimentos Sobre Suposta Divergência entre Pagamento/Consumo de Oxigênio na AMS e Esclarecimento a Respeito da Cesta Básica dos Servidores da AMS.** A conselheira **Rosicler Amarins** diz no tocante ao ofício que foi enviado ao CONLESTE, gostaria de incluir um ponto de pauta porque a entidade irá se reunir e provar por A+B que foi enganada, logo, gostaria de fazer um esclarecimento sobre a questão, pois a entidade quer sua vaga de volta na suplência. O conselheiro **Eliel Joaquim** ratifica a proposta da conselheira **Maria Osvaldina** e diz que na sequência deste assunto, gostaria de discutir com o SINDSERV o conteúdo de uma matéria da Folha de Londrina do último sábado. O secretário **Drº Francisco Eugênio** solicita a inclusão do seguinte ponto de pauta: **Correção da Resolução do CMS nº 17/2010 e Aprovação da Resolução 03/2013 do CMS.** A conselheira **Rosicler Amarins** retira seu pedido de inclusão de pauta e pede para que seja incluído na próxima reunião do CMS. **Após votação, as inclusões de pontos de pauta são aprovadas pelo CMS, ficando a mesma elencada da seguinte forma: 1-13h00-Análise e Aprovação da Pauta 234ª**

53 **Reunião Ordinária do CMS e Aprovação da Ata 233ª Reunião Ordinária do Conselho**  
54 **Municipal de Saúde; 2-13h30- Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde**  
55 **Referente ao Mês de Dezembro de 2012 – Diretoria Financeira- Sandra Regina dos S.**  
56 **Silva; 3-14h30- Aprovação do Relatório Anual de Gestão da Saúde referente a 2012.**  
57 **(Parecer e Resolução); 4-16h00- Relato da Comissão do Fundo Municipal de Saúde; 5-**  
58 **Discussão Sobre o Horário de Funcionamento das Unidades de Saúde União da Vitória**  
59 **e Maria Cecília; 6- Esclarecimentos Sobre Reforma na UBS Lindóia; 7- Esclarecimentos**  
60 **Sobre Suposta Divergência entre Pagamento/Consumo de Oxigênio na AMS; 8-**  
61 **Esclarecimento a Respeito da Cesta Básica dos Servidores da AMS; 9- Correção da**  
62 **Resolução do CMS nº 17/2010 e Aprovação da Resolução 03/2013 do CMS; 10 -**  
63 **Informes; 11-17h30-Teto máximo para encerramento. Seguindo os trabalhos, Drº**  
64 **Francisco Eugênio coloca em apreciação a Ata da 233ª reunião ordinária do CMS. Não**  
65 **havendo apontamentos, a ata é aprovada pelo CMS. Os conselheiros Aylton Paulus e**  
66 **Adriana Xavier Dorta se abstêm do voto por não ter participado da ultima reunião do**  
67 **CMS.Drº Francisco Eugênio segue com a reunião e passa ao ponto de pauta subsequente:**  
68 **Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde Referente ao Mês de Dezembro de**  
69 **2012- Diretora Financeira. Sandra Regina faz uso da palavra e inicia a seguinte**  
70 **apresentação: A seguir passa-se ao cumprimento do ponto de pauta 2. Prestação de Contas**  
71 **do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, referente ao mês de DEZEMBRO/2012. Sandra Regina**  
72 **dos Santos Silva, membro da diretoria financeira, apresenta a Prestação de Contas referente**  
73 **ao mês de DEZEMBRO/2012, das contas do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CNPJ:**  
74 **11.323.261/0001-69. ATENÇÃO BÁSICA – Execução Financeira Orçamentária - Fonte 495.**  
75 **SUPERAVIT em 31/12/2011 – R\$ 1.582.056,32. DESPESA PAGA COM SUPERÁVIT –**  
76 **570.313,42. SALDO: 1.011.742,90. Receitas acumuladas de Jan a Dez/12 – R\$**  
77 **26.175.723,24. Despesas paga de Jan a Dez/12 – R\$ 21.975.302,20. SALDO - R\$**  
78 **4.200.421,04. Orçamento Previsto – R\$ 22.509.000,00. Orçamento executado – R\$**  
79 **20.635.740,88. % de execução até Dez/12 – 91,68. FLUXO FINANCEIRO: Saldo Inicial – R\$**  
80 **3.082.558,52. Receita Acumulada até Nov/12 – R\$ 22.942.783,81. Receita no Mês – R\$**  
81 **2.662.751,80. Receita extra – R\$ 570.187,63. Total da Receita ano – R\$ 29.258.281,76.**  
82 **Despesa paga até Nov/12 – R\$ 19.400.648,12. Despesa paga no mês – R\$ 1.235.092,76.**  
83 **Restos a pagar acumulado – R\$ 771.509,67. Restos a pagar no mês – R\$ 568.051,65. Total**  
84 **Despesas no ano – R\$ 21.975.302,20. Saldo Financeiro – R\$ 7.282.979,56. ATENÇÃO**  
85 **BÁSICA – 495 - DESPESA POR ELEMENTO - DEZEMBRO/2012. Passagens e Despesas**  
86 **com Locomoção – R\$ 147,00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 450,00.**  
87 **Contratação por Tempo Determinado – R\$ 332.742,90. Obrigações Patronais – R\$ 34.251,01.**  
88 **Auxílio – Transporte – R\$ 261,79. Material de Consumo – R\$ 108.506,81. Material, Bem ou**  
89 **Serviço Para Distribuição Gratuita - R\$ 93.140,89. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa**  
90 **Física - R\$ 2.609,37. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. R\$ 662.513,39.**  
91 **Despesas de Exercícios Anteriores – R\$ 469,60. TOTAL: R\$ 1.235.092,76. Atenção Básica –**  
92 **495 – RESTOS A PAGAR – DESPESA POR ELEMENTO – DEZEMBRO/2012. Contratação**  
93 **por Tempo Determinado = R\$ 8.143,83. Diárias no País – R\$ 126,00. Combustíveis e**  
94 **Lubrificantes Automotivos – R\$ 5.445,07. Etanol – R\$ 82,14. Gasolina – R\$ 6,44. Diesel – R\$**  
95 **3.080,02. Gás e Outros Materiais Engarrafados – R\$ 23.889,32. Outras Despesas com**  
96 **Gêneros Alimentícios – R\$ 33.315,02. Material Farmacológico – R\$ 65.020,67. Material**  
97 **Odontológico – R\$ 3.426,55. Material de Expediente – R\$ 11.413,37. Material de**  
98 **Acondicionamento e Embalagem – R\$ 3.250,00. Material de Cama, Mesa e Banho – R\$**  
99 **22.755,50. Material de Limpeza e Produção de Higienização – R\$ 8.220,00. Uniformes,**  
100 **Tecidos e Aviamentos – R\$ 2.026,43. Material de Proteção e Segurança – R\$ 150,00.**  
101 **Material Laboratorial – R\$ 33.836,59. Material Hospitalar – R\$ 7.696,90. Material para**  
102 **Manutenção de Veículos – R\$ 21.353,28. Material de Consumo – Pagamento Antecipado - R\$**  
103 **123,00. Materiais de Saúde para Distribuição Gratuita – R\$ 59.362,91. Serviços Técnicos**  
104 **Profissionais – R\$ 2.657,66. Locação de Máquinas e Equipamentos – R\$ 4.681,58.**

105 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos – R\$ 448,00. Manutenção e  
106 Conservação de Veículos – R\$ 28.901,49. Encargos Financeiros Indedutíveis – R\$ 3.984,18.  
107 Fornecimento de Alimentação – R\$ 10.658,99. Serviços de Água e Esgoto – R\$ 29.371,22.  
108 Serviços Postais – R\$ 3.458,43. Serviço Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratorial – R\$  
109 142.553,61. Serviços de Telecomunicações – R\$ 5.968,46. Impressos em Geral de Uso  
110 Interno – R\$ 8.599,92. Impressos para Divulgação de Serviços, Obras e Campanhas – R\$  
111 960,00. Vigilância Ostensiva – R\$ 81,12. Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica –  
112 R\$ 9.127,13. Despesas de Exercícios Anteriores – Servidores – R\$ 96,82. Aparelhos,  
113 Equipamentos e Utensílios Médicos – R\$ 3.780,00. TOTAL: R\$ 568.051,65. MÉDIA E ALTA  
114 COMPLEXIDADE – Execução Financeira Orçamentária – FONTE – 496. DEFICIT em  
115 31/12/2011 – R\$ -12.765.457,12. Receitas acumuladas de Jan a Dez/12 –R\$ 170.261.339,65.  
116 Despesas pagas de Jan a Dez/12 – R\$ 170.679.403,57. SALDO - R\$ - -418.063,92.  
117 Orçamento previsto – R\$ 179.308.000,00. Orçamento executado – R\$ 156.404.522,91. % de  
118 execução até Dez/12 – R\$ 87,23. FLUXO FINANCEIRO: Saldo Inicial – R\$ 1.536.339,61.  
119 Receita acumulada até Nov/12 – R\$ 155.627.223,61. Receita no mês – R\$ 12.807.561,03.  
120 Receita extra – R\$ 1.826.555,01. Total da Receita ano – R\$ 171.797.676,26. Despesa paga  
121 até Nov/12 – R\$ 143.350.313,01. Despesa paga no mês – R\$ 13.054.209,90. Restos a pagar  
122 acumulado – R\$ 12.459.762,47. Restos a pagar no mês – R\$ 1.815.101,39. Total Despesa no  
123 ano – R\$ 170.676.403,57. Saldo Financeiro – R\$ 1.118.275,69. – MÉDIA E ALTA  
124 COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR – FONTE: – 496. DESPESA POR  
125 ELEMENTO - DEZEMBRO/2012. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$  
126 920.000,00. Passagens e Despesas com Locomoção – R\$ 1.066,10. Outros Serviços de  
127 Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 12.130.312,85. Outros Auxílios Financeiros a Pessoas  
128 Físicas – R\$ 2.830,95. TOTAL: R\$ 13.054.209,90. RESTOS A PAGAR - DESPESA POR  
129 ELEMENTO – DEZEMBRO/2012. Contratação por tempo Determinado – R\$ 1.122,64.  
130 Despesas com Viagens e Estadas – R\$ 82,21. Serviço Médico-Hospitalar, Odontológico e  
131 Laboratorial – R\$ 1.727.237,30. Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$  
132 86.575,24. Auxílio a Pessoas Físicas – Não Vinculadas a Projetos Incentivados – R\$ 84,00.  
133 TOTAL: R\$ 1.815.101,39. VIGILÂNCIA EM SAÚDE – Execução Financeira Orçamentária –  
134 FONTE 497. SUPERÁVIT em 31/12/2011 – R\$ 1.862.408,08. DESPESAS PAGA COM  
135 SUPERÁVIT – R\$ 455.297,05. SALDO – R\$ 1.417.111,03. Receitas acumuladas de Jan a  
136 Dez/12 – R\$ 3.980.180,00. Despesas pagas de Jan a Dez/12 – R\$ 5.006.197,12. SALDO –  
137 R\$ -1.026.017,12. Orçamento Previsto – R\$ 4.150.000,00. Orçamento executado – R\$  
138 4.237.328,25. % de execução até Nov/12 – R\$ 102,10. FLUXO FINANCEIRO: Saldo Inicial –  
139 R\$ 2.638.834,74. Receita acumulada até Nov/12 – R\$ 3.872.114,33. Receita no mês – R\$  
140 15.000,68. Receita extra – R\$ 93.064,99. Total da Receita ano – R\$ 6.619.014,74. Despesa  
141 paga até Nov/12 – R\$ 3.026.445,43. Despesa paga no mês – R\$ 1.210.882,81. Restos a  
142 pagar acumulado – R\$ 689.060,95. Restos a pagar no mês – R\$ 79.807,92. Total Despesa no  
143 ano – R\$ 5.006.197,12. SALDO FINANCEIRO – R\$ 1.612.817,62. DESPESA POR  
144 ELEMENTO – DEZEMBRO/2012. Diárias – Pessoal Civil – R\$ 420,00. Material de Consumo  
145 – R\$ 74,00. Passagens e Despesas com Locomoção – R\$ 150,00. Outros Serviços de  
146 Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ (90,00). Contratação por Tempo Determinado – R\$  
147 157.072,54. Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – R\$ 1.009.350,51. Diárias –  
148 Pessoal Civil – R\$ 361,00. Material de Consumo – R\$ 1.917,19. Passagens e Despesas com  
149 Locomoção – R\$ 3.567,58. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - R\$ 38.060,00.  
150 TOTAL: 1.210.882,82. Vigilância em Saúde – 497 – RESTOS A PAGAR – DESPESA POR  
151 ELEMENTO – DEZEMBRO/2012. Contratação por Tempo Determinado – R\$ 6.780,33.  
152 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos – R\$ 2.976,64. Etanol- R\$ 51,69. Diesel – R\$  
153 2.997,49. Material Farmacológico – R\$ 1.005,48. Material Educativo e Esportivo – R\$ 840,00.  
154 Material de Expediente – R\$ 66,00. Material Para Manutenção de Veículos – R\$ 8.798,46.  
155 Manutenção e Conservação de Veículos – R\$ 1.091,09. Fornecimento de Alimentação – R\$  
156 92,35. Serviço Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratorial – R\$ 21.000,00. Impressos em

157 Geral de Uso Interno – R\$ 700,00. Impressos para Divulgação de Serviços, Obras e  
158 Campanhas - R\$ 1.920,00. Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 31.488,39.  
159 TOTAL: R\$ 79.807,92. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – Execução Financeira  
160 Orçamentária - FONTE 498. SUPERAVIT em 31/12/2011 – R\$ 2.464.243,55. Despesa Paga  
161 com Superávit – R\$ 490.562,06. SALDO – 1.973.681,49. Receitas acumuladas de Jan a  
162 Dez/12 – R\$ 4.540.245,31. Despesas pagas de Jan a Dez/12 – R\$ 3.489.985,25. SALDO –  
163 R\$ 1.050.260,06. Orçamento previsto – R\$ 3.200.000,00. Orçamento Executado – R\$  
164 2.633.598,51. % de execução até Dez/12 – R\$ 82,30. FLUXO FINANCEIRO – Saldo Inicial –  
165 R\$ 3.321.292,95. Receita acumulada até Nov/12 – R\$ 3.738.095,01. Receita no mês – R\$  
166 657.745,92. Receita extra – R\$ 144.404,38. Total da Receita ano – R\$ 7.861.538,26.  
167 Despesa paga até Nov/12 – R\$ 2.607.577,79. Despesa paga no mês – R\$ 26.020,72. Restos  
168 a pagar acumulado – R\$ 711.982,36. Restos a pagar no mês – R\$ 144.404,38. Total  
169 Despesas no ano – R\$ 3.489.985,25. SALDO FINANCEIRO – R\$ 4.371.553,01. DESPESA  
170 POR ELEMENTO – DEZEMBRO/2012. Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita -  
171 R\$ 26.020,72. TOTAL: R\$ 26.020,72. RESTOS A PAGAR – DESPESA POR ELEMENTO –  
172 DEZEMBRO/2012. Materiais de Saúde para Distribuição Gratuita – R\$ 144.404,38. TOTAL:  
173 R\$ 144.404,38. GESTÃO DO SUS – EXECUÇÃO FINANCEIRA ORÇAMENTÁRIA - FONTE  
174 499. SUPERAVIT em 31/12/12 – R\$ 801.695,58. Despesa Paga com Superávit – R\$  
175 364.743,97. SALDO – 436.951,61. Receitas acumuladas de Jan a Dez/12 – R\$ 265.270,09.  
176 Despesas pagas de Jan a Dez/12 – R\$ 752.864,47. Saldo - R\$ -487.594,38. Orçamento  
177 previsto – R\$ 462.000,00. Orçamento executado – R\$ 537.124,80. % de execução até  
178 Dez/12 – R\$ 116,26. FLUXO FINANCEIRO – Saldo Inicial – R\$ 1.017.435,25. Receita  
179 acumulada até Nov/12 – R\$ 122.422,74. Receita no mês – R\$ 3.104,35. Receita extra – R\$  
180 139.743,00. Total da Receita ano – R\$ 1.282.705,34. Despesa paga até Nov/12 – R\$  
181 503.143,29. Despesa paga no mês – R\$ 33.981,51. Restos a pagar acumulado – R\$  
182 199.633,00. Restos a pagar no mês – R\$ 16.106,67. Total Despesas no ano – R\$ 752.864,47.  
183 SALDO FINANCEIRO – R\$ 529.840,87. DESPESA POR ELEMENTO - DEZEMBRO/2012.  
184 Equipamentos e Materiais Permanentes – R\$ 11.488,83. Diárias – Pessoal Civil - R\$  
185 1.350,00. Material de Consumo – R\$ 4.665,08. Passagens e Despesas com Locomoção – R\$  
186 83,60. Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - R\$ 16.394,00. TOTAL - R\$  
187 33.981,51. RESTOS A PAGAR – DESPESA POR ELEMENTO – DEZEMBRO/2012. Demais  
188 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 16.106,67. TOTAL: R\$ 16.106,67. OBRAS –  
189 Execução Financeira Orçamentária – Ftes. 352/353/356/500 – SUPERAVIT em 31/12/2011 –  
190 R\$ 288.051,77. DESPESA PAGA COM SUPERÁVIT – R\$ 35.215,78. SALDO – R\$  
191 252.835,99. Receitas acumuladas de Jan a Dez/12 – R\$ 1.978.530,16. Receitas pagas de  
192 Jan a Dez/12 – R\$ 1.926.431,30. SALDO – R\$ 52.098,86. Orçamento previsto – R\$  
193 8.473.00,00. Orçamento executado – R\$ 900.067,18. % de execução até Dez/12 – R\$ 10,62.  
194 FLUXO FINANCEIRO – Saldo Inicial - R\$ 1.368.827,26. Receita acumulada até Nov/12 - R\$  
195 1.860.067,41. Receita no mês – R\$ 7.201,28. Receita Extra – R\$ 111.261,47. Total da  
196 Receita ano – R\$ 3.347.357,42. Despesa paga até Nov/12 – R\$ 482.352,05. Despesa paga  
197 no mês – R\$ 417.715,13. Restos a pagar acumulado – R\$ 1.006.141,12. Restos a pagar no  
198 mês – R\$ 20.223,00. Total Despesas no ano – R\$ 1.926.431,30. Saldo Financeiro – R\$  
199 1.420.926,12. SERVIÇOS PRESTADOS – Execução Financeira Orçamentária – FONTE 369.  
200 SUPERAVIT em 31/12/20011 – R\$ 180.869,78. DESPESA PAGA COM SUPERÁVIT – R\$  
201 167.061,00. SALDO – R\$ 13.808,78. Receitas acumuladas de Jan a Dez/12 – R\$  
202 9.549.824,48. Despesas pagas de Jan a Dez/12 – R\$ 8.223.481,27. SALDO – R\$  
203 1.326.343,01. Orçamento previsto – R\$ 8.000.000,00. Orçamento executado – R\$  
204 7.528.039,29. % de Execução até Dez/12 – R\$ 94,10. FLUXO FINANCEIRO – Saldo Inicial –  
205 R\$ 905.842,83. Receita acumulada até Nov/12 – R\$ 8.346.415,73. Receita no mês - R\$  
206 1.033.675,39. Receita extra – R\$ 169.733,16. Total da Receita ano – R\$ 10.455.667,11.  
207 Despesa paga até Nov/12 – 7.132.968,27. Despesa paga no mês – R\$ 395.071,02. Restos a  
208 pagar acumulado – R\$ 525.708,82. Restos a pagar no mês – R\$ 169.733,16. Total Despesas

209 no ano – R\$ 8.223.481,27. SALDO FINANCEIRO – R\$ 2.232.185,84. DESPESA POR  
210 ELEMENTO – DEZEMBRO/2012. Material de Consumo - R\$ 296.984,49. Outros Serviços de  
211 Terceiros – Pessoa Física – R\$ 6.000,00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica -  
212 R\$ 92.086,53. TOTAL: 395.071,02. SERVIÇOS PRESTADOS – 369 – RESTOS A PAGAR.  
213 DESPESA POR ELEMENTO – DEZEMBRO/2012. Diárias no País – R\$ 63,00. Combustíveis  
214 e Lubrificantes Automotivos – R\$ 181,74. Etanol – R\$ 1.184,78. Gasolina – R\$ 76,91. Diesel –  
215 R\$ 578,11. Gás e Outros Materiais Engarrafados – R\$ 1.760,63. Outras Despesas com  
216 Gêneros Alimentícios – R\$ 60.653,05. Material Farmacológico – R\$ 1.958,97. Material de  
217 Copa e Cozinha – R\$ 1.625,00. Material de Limpeza e Produção de Higienização – R\$  
218 5.224,68. Uniformes, Tecidos e Aviamentos – R\$ 0,30. Material Elétrico e Eletrônico – R\$  
219 2.324,30. Material Laboratorial – R\$ 10.202,89. Material Hospitalar – R\$ 1.863,41. Material  
220 para Manutenção de Veículos – R\$ 2.329,95. Locação de Máquinas e Equipamentos – R\$  
221 9.504,00. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis – R\$ 2.690,00. Manutenção e  
222 Conservação de Máquinas e Equipamentos – R\$ 5.790,70. Manutenção e Conservação de  
223 Veículos – R\$ 4.425,06. Multas Indedutíveis – R\$ 1.853,84. Juros – R\$ 894,82. Fornecimento  
224 de Alimentação – R\$ 10.657,83. Serviço Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratorial – R\$  
225 2.084,10. Vale-Transporte – R\$ 440,00. Serviço de Transporte Coletivo – R\$ 880,00. Demais  
226 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 40.485,07. Aparelhos, Equipamentos e  
227 Utensílios Médicos – R\$ 0,02. TOTAL: R\$ 169.733,16. RECURSOS DO TESOIRO –  
228 Execução Financeira Orçamentária – FONTE: 001. SUPERAVIT / DEFICIT em 31/12/2011 –  
229 R\$ 7.406,54. DESPESA PAGA COM SUPERÁVIT – R\$ 0,00. Receitas acumuladas de Jan a  
230 Dez/12 – R\$ 2.728.678,24. Despesas pagas de Jan a Dez/12 – R\$ 2.705.547,56. SALDO –  
231 R\$ 23.130,68. Orçamento previsto – R\$ 2.637.000,00. Orçamento executado – R\$  
232 2.682.671,35. % de execução até Dez/12 – R\$ 101,73. FLUXO FINANCEIRO: Saldo Inicial –  
233 R\$ 30.292,30. Receita acumulada até Nov/12 – R\$ 15.059,33. Receita no mês – R\$ 1.126,47.  
234 Receita Extra – R\$ 2.712.492,44. Total da Receita ano – R\$ 2.758.970,54. Despesa  
235 acumulada até Nov/12 – R\$ 2.347.011,18. Despesa no mês – R\$ 335.660,17. Restos a pagar  
236 acumulado – R\$ 20.978,82. Restos a pagar no mês – R\$ 1.897,39. Total Despesas no ano –  
237 R\$ 2.705.547,56. SALDO FINANCEIRO – R\$ 53.422,98. DESPESA POR ELEMENTO –  
238 DEZEMBRO/2012. Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil - R\$ 230.513,35. Outras  
239 Despesas Variáveis – Pessoal Civil – R\$ 7.084,52. Auxílio-Alimentação - R\$ 4.781,47.  
240 Obrigações Patronais - R\$ 80.027,03. Indenizações e Restituições – R\$ -1.507,97. Sentenças  
241 Judiciais – R\$ 1.144,20. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - R\$ 13.617,57.  
242 TOTAL: R\$ 335.660,17. DESPESA POR ELEMENTO – DEZEMBRO/2012. Auxílio-Transporte  
243 – R\$ 1.521,18. Serviços de Telecomunicações – R\$ 355,68. Impressos para Divulgação de  
244 Serviços, Obras e Campanhas – R\$ 20,53. TOTAL: R\$ 1.897,39. RECEITAS VINCULADAS –  
245 Execução Financeira Orçamentária – FONTE – 303. SUPERAVIT / DEFICIT em 31/12/2011 –  
246 R\$ 801.854,95. DESPESA PAGA COM SUPERÁVIT – R\$ 22.305,00. SALDO – R\$  
247 779.549,95. Receitas acumuladas de Jan a Dez/12 – R\$ 154.344.148,87. Despesas pagas de  
248 Jan a Dez/12 – R\$ 152.305.802,45. SALDO – R\$ 2.038.346,42. Orçamento Previsto – R\$  
249 143.752.000,00. Orçamento Executado – R\$ 150.748.586,42. % de Execução até Dez/12 –  
250 104,87. FLUXO FINANCEIRO: Saldo Inicial – R\$ 2.366.542,69. Receita acumulada até  
251 Nov/12 – R\$ 279.233,49. Receita no mês – R\$ 27.555,40. Receita Extra – R\$ 154.037.359,98.  
252 Total da Receita ano – R\$ 156.710.691,56. Despesa acumulada até Nov/12 – R\$  
253 130.755.365,00. Despesa no mês – R\$ 19.993.221,42. Restos a Pagar Acumulado – R\$  
254 1.516.156,60. Restos a pagar no mês – R\$ 41.059,43. Total despesas no ano – R\$  
255 152.305.802,45. SALDO FINANCEIRO: 4.404.889,11. DESPESA POR ELEMENTO –  
256 DEZEMBRO/2012. Auxílio Alimentação – R\$ 554.391,16. Auxílio - Transporte – R\$ 9.138,63.  
257 Contratação por Tempo Determinado – R\$ 1.568.399,89. Contribuições – R\$ 76.691,70.  
258 Equipamentos e Material Permanente – R\$ 108.174,74. Material, Bem ou Serviço para  
259 Distribuição Gratuita – R\$ 25.725,21. Obras e Instalações – R\$ 127.368,97. Obrigações  
260 Patronais – R\$ 4.098.003,91. Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil – R\$ 750.320,07.

261 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – R\$ 6.455,32. Outros Serviços de Terceiros –  
262 Pessoa Jurídica – R\$ 451.630,25. Salário Família - R\$ 6.529,37. Vencimentos e Vantagens  
263 Fixas – Pessoal Civil – R\$ 12.210392,20. TOTAL: R\$ 19.993.221,42. RECEITAS  
264 VINCULADAS – 303 – RESTOS A PAGAR. DESPESA POR ELEMENTO –  
265 DEZEMBRO/2012. Contratação por Tempo Determinado – R\$ 2.867,64. Gás e Outros  
266 Materiais Engarrafados – R\$ 9.296,87. Outras Despesas com Gêneros Alimentícios – R\$  
267 4.077,63. Material de Expediente – R\$ 28,40. Uniformes, Tecidos e Aviamentos – R\$ 360,77.  
268 Material Laboratorial – R\$ 8,08. Material Hospitalar – R\$ 158,20. Materiais de Saúde para  
269 Distribuição Gratuita – R\$ 5.989,20. Manutenção e Conservação de Veículos – R\$ 9.849,25.  
270 Multas Indedutíveis – R\$ 560,93. Fornecimento de Alimentação - R\$ 217,08. Serviços de  
271 Divulgação de Atos Oficiais – R\$ 156,03. Postos de Saúde – R\$ 7.489,35. TOTAL: 41.059,43.  
272 TAXAS EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA. Execução Financeira Orçamentária – FONTE:  
273 510. SUPERÁVIT em 31/12/2011 – R\$ 279.048,04. DESPESA PAGA COM SUPERÁVIT – R\$  
274 3.354,28. SALDO – R\$ 275.693,76. Receitas acumuladas de Jan a Dez/12 – R\$  
275 1.352.184,88. Despesas pagas de Jan a Dez/12 – R\$ 1.006.401,49. SALDO – R\$  
276 345.783,39. Orçamento previsto – R\$ 1.073.000,00. Orçamento executado – R\$ 632.547,85.  
277 % de execução até Dez/12 – R\$ 58,95. FLUXO FINANCEIRO: Saldo Inicial – R\$ 655.704,40.  
278 Receita acumulada até Nov/12 – R\$ 43.935,95. Receita no mês – R\$ 5.037,64. Receita Extra  
279 – R\$ 1.303.211,29. Total da Receita ano – R\$ 2.007.889,28. Despesa acumulada até Nov/12  
280 – R\$ 607.526,86. Despesa no mês – R\$25.020,99. Restos a pagar acumulado – R\$  
281 343.964,15. Restos a pagar no mês – R\$ 29.889,49. Total Despesas no ano – R\$  
282 1.006.401,49. Saldo Financeiro – R\$ 1.001.487,79. TAXAS EXERCÍCIO DE PODER DE  
283 POLÍCIA – 510. DESPESA POR ELEMENTO – DEZEMBRO/2012. Material de Consumo –  
284 R\$ 22.610,19. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 2.410,80. TOTAL:  
285 25.020,99. RESTOS A PAGAR. DESPESA POR ELEMENTO – DEZEMBRO/2012.  
286 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos – R\$ 78,61. Etanol – R\$ 1.103,34. Outras  
287 Despesas com Gêneros Alimentícios – R\$ 1.565,19. Material para Manutenção de Bens  
288 Móveis – R\$ 219,50. Material para Comunicações – R\$ 0,01. Locação de Imóveis – R\$  
289 2.016,13. Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos – R\$ 1.095,64.  
290 Manutenção e Conservação de Veículos – R\$ 13.028,10. Fornecimento de Alimentação – R\$  
291 8.040,37. Serviços de Água e Esgoto – R\$ 777,63. Serviços de Telecomunicações – R\$  
292 726,97. Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 1.238,00. TOTAL: R\$  
293 29.889,49. CENTRO DE REFÊNCIA À SAÚDE DO TRABALHADOR – CEREST. Execução  
294 Financeira Orçamentária – Fonte – 340. SUPERÁVIT em 31/12/2011 – R\$ 314.341,49.  
295 DESPESA PAGA COM SUPERÁVIT – R\$ 0,00. Receitas acumuladas de Jan a Dez/12 – R\$  
296 0,00. Despesas pagas de Jan a Dez/12 – R\$ 0,00. Saldo – R\$ 0,00. FLUXO FINANCEIRO -  
297 Saldo Inicial – R\$ 314.341,49. Receita acumulada até Nov/12 – R\$ 0,00. Receita no mês –  
298 R\$ 0,00. Receita extra - R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$ 314.341,49. Despesa paga até  
299 Nov/12 - R\$ 0,00. Despesa paga no mês – R\$ 0,00. Restos a pagar acumulado – R\$ 0,00.  
300 Restos a pagar no mês – R\$ 0,00. Total despesas no ano – R\$ 0,00. Saldo Financeiro – R\$  
301 314.341,49. CONVÊNIO 4888/2005 – QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO. Execução Financeira  
302 Orçamentária – FONTE – 347. SUPERÁVIT em 31/12/2011 – R\$ 629.832,49. DESPESAS  
303 PAGA COM SUPERÁVIT – R\$ 0,00. Receitas acumuladas de Jan a Dez/12 – R\$ 57.228,78.  
304 Despesas pagas de Jan a Dez/12 – R\$ 0,00. SALDO:- R\$ 57.228,78. FLUXO FINANCEIRO -  
305 Saldo Inicial - R\$ 629.832,49. Receita acumulada até Nov/12 – R\$ 57.228,78. Receita no mês  
306 – R\$ 3.622,06. Receita extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$ 690.683,33. Despesa paga  
307 até Nov/12 – R\$ 0,00. Despesa paga no mês – R\$ 0,00. Restos a pagar acumulado – R\$  
308 0,00. Restos a pagar no mês – R\$ 0,00. Total Despesas no ano – R\$ 0,00. Saldo Financeiro –  
309 R\$ 690.683,33. PRÓ-SAÚDE MS LONDRINA – Execução Financeira Orçamentária – FONTE  
310 – 349. SUPERÁVIT em 31/12/2011 – R\$ 233.738,69. DESPESA PAGA COM SUPERÁVIT –  
311 R\$ 0,00. SALDO – R\$ 233.738,69. Receitas acumuladas de Jan a Dez/12 – R\$ 0,00.  
312 Despesas pagas de Jan a Dez/12 – R\$ 176.200,00. Saldo – R\$ -176.200,00. FLUXO

313 *FINANCEIRO: Saldo Inicial – R\$ 233.738,69. Receita acumulada até Nov/12 – R\$ 0,00.*  
314 *Receita no mês – R\$ 0,00. Receita extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$ 233.738,69.*  
315 *Despesa paga até Nov/12 – R\$ 0,00. Despesa paga no mês – R\$ 0,00. Restos a pagar*  
316 *acumulado – R\$ 176.200,00. Restos a pagar no mês – R\$ 0,00. Total Despesas no ano – R\$*  
317 *176.200,00. Saldo Financeiro – R\$ 57.538,69. RECURSOS SECRETARIA ESTADUAL DA*  
318 *SAÚDE – VALORES MENSAIS. Recursos Incorporados no Teto (Via incentivos ou Contratos*  
319 *com Prestadores) do Município. DESTINAÇÃO: HOFTALON (ref. Ivaiporã cf. 3ª CIB) –*  
320 *Pactuações c/outras regionais para oferta de procedimentos de M.A.C. – R\$ 24.922,62.*  
321 *TOTAL: R\$ 24.922,62. Clín. Psiq. de Londrina – Complementação diárias internação de*  
322 *adulto e adolescentes – R\$ 126.070,11. TOTAL: R\$ 126.070,11. H.Z.N. e H.Z.S. – Incentivo*  
323 *para melhoria de qualidade – R\$ 170.000,00. TOTAL: R\$ 170.000,00. CISMEPAR – Incentivo*  
324 *para melhoria de qualidade – R\$ 30.000,00. Incremento aos Consórcios de Saúde implement.*  
325 *e manut. da oferta da assistência da área de especialidades médicas – R\$ 50.000,00. TOTAL:*  
326 *R\$ 80.000,00. TETO MAC DE LONDRINA – Pactuações c/outras regionais para oferta de*  
327 *procedimentos de M.A.C. – R\$ 35.046,25. TOTAL: R\$ 35.046,25. ASSISTÊNCIA*  
328 *FARMACÊUTICA – TOTAL: R\$ 316.638,30. SAMU – TOTAL: 269.655,00. TOTAL:*  
329 *Pactuações c/outras regionais para oferta de procedimentos de M.A.C. R\$ 59.968,87.*  
330 *Complementação diárias internação de adultos e adolescentes – R\$ 126.070,11. Incentivo*  
331 *para melhoria de qualidade – R\$ 200.000,00. Incremento aos Consórcios de Saúde*  
332 *implemente. E manut. da oferta da assistência da área de especialidades médicas – R\$*  
333 *50.000,00. TOTAL: R\$ 1.022.332,28. INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO EM SAÚDE -*  
334 *DEZEMBRO/12. COM RECURSOS ESTADUAIS INCORPORADOS NO TETO MUNICIPAL -*  
335 *FONTE: 001 - Receita Orçamentária – R\$ 1.126,47. Receita Extra-Orçamentária – R\$*  
336 *287.441,95. TOTAL: R\$ 288.568,42. FONTE: 303 – Receita Orçamentária – R\$ 27.555,40.*  
337 *Receita Extra-Orçamentária – R\$ 18.200.808,28. TOTAL: R\$ 18.228.363,68. FONTE: 510 –*  
338 *Receita Orçamentária – R\$ 5.037,64. Receita Extra-Orçamentária – R\$ 81.110,51. TOTAL:*  
339 *R\$ 86.148,15. TOTAL: Receita Orçamentária – R\$ 33.719,51. Receita Extra-Orçamentária –*  
340 *R\$ 18.569.360,74. TOTAL: R\$ 18.603.080,25. RECEITA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE*  
341 *POR ORIGEM: NÍVEL DE GOVERNO: UNIÃO (MS) – R\$ 16.119.020,31. PERCENTUAL –*  
342 *45,10%. ESTADO – R\$ 1.022.332,28. PERCENTUAL – 2,86%. MUNICÍPIO (Londrina) – R\$*  
343 *18.603.080,25. PERCENTUAL – 52,04%. TOTAL: R\$: 35.744.432,84. – PERCENTUAL:*  
344 *TOTAL: 100,00%. Sandra encerra a apresentação e se coloca a disposição para*  
345 *esclarecimentos. O conselheiro Cicero Cipriano Pinto solicita que seja feita a leitura da ata*  
346 *da reunião da Comissão Executiva. Sandra Bavia, secretária executiva do CMS, faz a leitura*  
347 *da referida ata: ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS CONTAS*  
348 *DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Aos cinco dias do mês de Março de dois mil e treze, às*  
349 *quatorze horas, reuniu-se nas dependências da Prefeitura do Município de Londrina, Avenida*  
350 *Duque de Caxias,635 os membros da Comissão encarregada de de proceder o*  
351 *acompanhamento e fiscalização da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde.*  
352 *Estiveram presentes os seguintes membros do Conselho Municipal de Saúde: Paulo*  
353 *Fernando Moraes Nicolau, Natal de Oliveira, Margarida Fátima Fernandes Carvalho, Wagner*  
354 *Aguiar Almeida, Márcia Zambrim, Lazara Regina Rezende, para realizarem a análise da*  
355 *Prestação de Contas/Relatório Administrativo/Financeiro referente ao mês de*  
356 *Dezembro/2012. Estiveram presentes os seguintes representantes do fundo Municipal de*  
357 *Saúde: Saúde: Sandra Regina dos Santos Silva-Coordenadora do Fundo Municipal de*  
358 *Saúde, Silvana P. Tonelli Costa – Tesoureira do Fundo Municipal de Saúde, Rafael Augusto*  
359 *Casaroto – Secretário do Fundo Municipal de Saúde .Esteve presente também os seguintes*  
360 *diretores e gerentes: Maria de Fatima Tomimatsu-Diretora de Regulação da Atenção á Saúde,*  
361 *Rosilene Aparecida Machado-Diretora de Planejamento e Gestão em Saúde; Valéria Barbosa-*  
362 *Diretora Geral da Autarquia Municipal de Saúde. A reunião foi iniciada com questionamento*  
363 *do conselheiro Wagner á respeito dos uniformes dos ACS, uma vez que estes uniformes se*  
364 *encontram em falta, e no relatório do mês de Dezembro/2012 encontra-se pagamento de*

365 uniformes na página 04; Sandra explica que este empenho consta no relatório como estorno  
366 de empenho de restos a pagar de 2010 e se refere á compra de tecidos; A respeito do  
367 processo de aquisição dos uniformes Sandra informa que foi encaminhado a solicitação á  
368 DGLC; A conselheira Lázara questiona a respeito dos valores do fornecimento de oxigênio da  
369 empresa White Martins, solicitando que seja detalhado o consumo deste oxigênio. Doutora  
370 Fátima relembra que, em uma reunião de 2012, foi feito o detalhamento pela diretora Ângela e  
371 pelo então diretor do DAPS Rodrigo. Valéria sugere que seja resgatada a ata que esclareceu  
372 estes questionamentos; Lazara questiona ainda a respeito das notas da Araguaia, que ainda  
373 aparecem neste relatório. Silvana explica que o último mês que consta estes pagamentos e  
374 que nos próximos relatório já serão referentes aos pagamentos ás novas empresas licitadas  
375 para prestarem este serviço; O conselheiro Natal solicita copia dos novos contratos das  
376 empresas que substituíram á empresa Araguaia. Sandra informa que as copias destes  
377 contratos originais devem ser solicitados na DGLC; Lazara solicita que participe na próxima  
378 reunião algum representante da Secretaria Municipal de Gestão; Valéria informa que haverá  
379 uma reunião dia 12/03/2013 ás 14h00 com participação do corregedor e controlador e que o  
380 Secretário de Gestão será convidado; O conselheiro Wagner solicita explicação a respeito dos  
381 medicamentos para fornecimento gratuito nas UBS, pois esta ocorrendo á falta de alguns  
382 medicamentos; Sandra explica que os medicamentos licitados e que a empresa não efetua  
383 sua entrega, a diretora responsável comunica a DGFCFS o ocorrido, que por sua vez,  
384 encaminha um ofício ao gestor deste contrato para análise e providencias cabíveis solicitando  
385 que sejam aplicadas as penalidades previstas nos contratos; O conselheiro Natal questiona a  
386 respeito dos pagamentos a empresa Proguarda e Force Vigilância, sendo que os guardas  
387 municipais estão á disposição do Município. Silvana explica que estes pagamentos são  
388 referentes a prestação dos serviços do mês de Novembro. Wagner questiona a respeito do  
389 contrato com a COSTA OESTE; Sandra explica esta empresa é responsável pela limpeza nas  
390 dependências da Autarquia; O conselheiro questiona a respeito da limpeza das calhas, se  
391 esta empresa também é responsável; Sandra explica que neste caso o responsável são os  
392 servidores da Autarquia; Lazara questiona a respeito dos pagamentos do Cláudio Massami,  
393 explica que existem dois contratos de fornecimento de refeições para a maternidade e CAPS  
394 e o de Coffee break; Este primeiro encontra-se em vigência até o dia 03/04/2013 enquanto o  
395 de fornecimento de Coffee Break está suspenso; O conselheiro Natal questiona a respeito do  
396 prazo de vigência do contrato com a empresa J.CORTEPASSI, Sandra explica que foi um  
397 contrato emergencial para o conserto de ambulâncias com prazo de 90 dias. Doutora  
398 Margarida questiona a respeito do adiantamento da página 06, no valor de 5.000,00; Sandra  
399 explica que é referente ao reembolso para pagamento de conserto de ambulância. Doutora  
400 Margarida questiona a respeito da falta de repasse do componente variável ao HU, e solicita  
401 que seja demonstrado o repasse feito aos demais prestadores uma vez que o HU está a mais  
402 de um ano sem receber este repasse, desde janeiro de 2012; Sandra irá encaminhar este  
403 relatório aos conselheiros; Wagner questiona a respeito da transferência de receita dos  
404 municípios na pagina 12; Sandra explica que é uma receita que os municípios direcionam ao  
405 município de Londrina em contrapartida aos serviços prestados pelo SAMU, conforme  
406 previsto em legislação. Lazara questiona a respeito dos pagamentos a empresa Brematur;  
407 Silvana explica que estes valores são referentes ao pagamento de varias notas de passagens  
408 aéreas e rodoviárias a pacientes que realizam tratamento fora de domicilio. O conselheiro  
409 Natal questiona a respeito dos lançamentos da pagina 36 a 48 (manutenção e conservação  
410 de veículos); Silvana explica que referem-se a cancelamento de saldo de empenhos de anos  
411 anteriores. A reunião é encerrada as dezesseis horas e trinta minutos. Estiveram ausentes os  
412 conselheiros Ildo e Janaina. Londrina, 5 de Março de 2013. O conselheiro **Cícero Cipriano**  
413 **Pinto** faz uso da palavra e diz que gostaria de questionar a questão da própria ata, não as  
414 falas, mais há algum equivoco em algumas colocações, principalmente quando a conselheira  
415 questiona a questão do detalhamento dos oxigênios, sendo que em um determinado  
416 momento foi feito este detalhamento, mas não de forma documental, no tocante aos números



417 sobre o consumo mês a mês, e não foi apresentado para a Comissão do FMS e nem para a o  
418 CMS. **Cicero** continua e diz que fez esta solicitação de detalhamento lá atrás, quando  
419 participava da comissão do FMS, e não é preciso encaminhar ofício, pois a ata já é um  
420 documento e nela está registrado que a comissão do fundo solicitou um pedido de  
421 esclarecimento, logo, é preciso um pouco mais de boa vontade e solicitar este detalhamento.  
422 **Cicero** finaliza e diz que na linha 63, que fala da questão dos cinco mil das ambulâncias,  
423 gostaria de saber por que foi preciso fazer este adiantamento se existe um contrato  
424 emergencial e se isso não fere este contrato. O secretário **Francisco Eugênio** coloca que o  
425 assunto do oxigênio está pautado. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** diz que está  
426 colocado na ata: *“Lazara questiona solicitando detalhamento de consumo de oxigênio. Dr<sup>a</sup>*  
427 *Fátima relembra a reunião”*, no entanto, a conselheira não está falando da reunião anterior e  
428 sim desta reunião, pois ela gostaria de um detalhamento. Cicero continua e pede um maior  
429 cuidado para que se coloquem na ata as falas e quando um conselheiro solicitar um  
430 detalhamento ele seja feito, e não está questionando a questão do consumo de oxigênio e sim  
431 da forma como foi colocado. O secretário **Francisco Eugênio** responde que o detalhamento  
432 sobre a questão do oxigênio será apresentado. No tocante a questão dos R\$ 5.000,00 de  
433 adiantamento eles são referentes a novembro e não ao convenio de agora. **Sandra Regina**  
434 coloca que concorda com o conselheiro Cicero e no momento em que a ata está sendo feita,  
435 no contexto, muitas vezes parece que esta sendo esclarecido tudo e depois ao ler parece  
436 haver algumas lacunas, ou seja, é preciso realmente melhorar a redação da ata. Com relação  
437 aos R\$ 5.000,00, o período emergencial para manutenção das ambulâncias teve a duração  
438 de 90 dias, e quando se encerrou ainda não havia um novo contrato, e como as ambulâncias  
439 quebraram foi preciso consertá-las e foi feito o reembolso, tudo devidamente autorizado pela  
440 controladoria. A conselheira **Lázara Regina Resende** faz uso da palavra e diz que no dia em  
441 que foi feita à reunião, foi questionado e foi dito que seria feito o levantamento se realmente  
442 havia uma explicação por escrito e se algum encaminhamento foi dado, porque inclusive a  
443 Janaina já tinha feito esse questionamento em uma reunião, o qual, salvo engano, não teve  
444 resposta. **Lázara** finaliza e solicita que a reunião da Comissão do FMS não seja feita mais no  
445 local atual, pois a sala ela é muito quente e não tem ventilador, ficando difícil de prestar  
446 atenção na ata e compromete sua elaboração. A conselheira **Eliane da Silva Nascimento** faz  
447 uso da palavra e diz que na ata esta um questionamento da conselheira Lazara sobre o  
448 fornecimento de refeições da Claudio Massami, e, no relatório, constam algumas despesas no  
449 valor de 33 mil reais referente à Fritche & Fritche. Diante disso, qual a distribuição, o tipo de  
450 alimentício e para quantas unidades é distribuído. **Sandra Regina** responde que se trata de  
451 empenhos de exercícios anteriores que foram estornados, quando ainda não existia esse  
452 contrato teve um período em que havia um contrato em um formato diferente, onde a empresa  
453 prestava o serviço e eram comprados os gêneros alimentícios, e no final do ano, para estes  
454 empenhos de exercícios anteriores de contratos encerrados, é feito o estorno de empenho, ou  
455 seja, não é pagamento de despesa. O conselheiro **Fahd Haddad** faz uso da palavra e inicia  
456 dizendo que no ultimo ano, foi feito um estudo sobre o déficit financeiro do teto do município,  
457 e na apresentação foi demonstrado os déficit, o que foi recebido de receita e o que tem de  
458 despesa, com o saldo financeiro no final. Diante disso, gostaria de saber se é possível fazer  
459 uma observação de quanto tem a pagar ainda, pois esta informação pode ajudar na busca de  
460 recursos junto ao MS, demonstrando efetivamente o que ainda tem para ser pago. **Sandra**  
461 **Regina** diz que este pedido será estudado para a próxima apresentação. A conselheira **Julia**  
462 **Myamoto** solicita que os impressos sejam feitos frente e verso para economizar. **Julia** finaliza  
463 e diz que gostaria de saber o parecer do conselheiro Natal e por que ele aprovou com  
464 ressalva. O conselheiro **Natal de Oliveira** justifica que aprovou com ressalva devido a toda  
465 confusão envolvendo a Araguaia, mas, a partir de agora, se nada for resolvido, não aprovara  
466 mais nem com ressalva. O conselheiro **Aylton Paulus Junior** faz uso da palavra e diz que  
467 corroborando com o pedido do conselheiro Fahd no sentido de que seja disponibilizado esse  
468 relatório adicional, permitindo uma compreensão mais exata de como esta as contas dos

469 prestadores, pois o relatório traz em sua pagina seis um saldo positivo de 1 milhão 118 mil  
470 referente a media e alta complexidade, no entanto, ao ver a ata do fundo, onde a Dr<sup>a</sup>  
471 Margarida fala que desde de janeiro o HU não recebe os 10% do componente pré-fixado,  
472 resta claro que não é possível enxergar qual é o saldo e situação real e o que precisa ser  
473 pleiteado junto ao MS, uma vez que este dinheiro faz muita falta aos prestadores, e prestar  
474 serviço sem receita significa sucatear a parte hospitalar de Londrina, o que terá suas  
475 consequências a curto, médio e longo prazo. **Sandra Regina** explica que o ministério tem as  
476 datas em que ele envia os recursos para o município, e o teto vem entre o dia 04 e 08 de  
477 cada mês, no final do mês geralmente é depositado o recurso relativo à FAEC, o que também  
478 não é uma data fixa, se, por exemplo, no dia 29 entra na conta corrente, não há o tempo hábil  
479 para fazer o pagamento antes que se encerre o mês, e é por isso que aparece o saldo de  
480 mais de 1 milhão na conta quando na verdade o saldo contábil esta negativo. O conselheiro  
481 **Aylton Paulus Junior** pede para que estas informações sejam demonstradas em um relatório  
482 complementar. **Aylton** diz que a historia da Araguaia vem se arrastando há muito tempo e  
483 que é preciso esclarecer de uma vez por todas esta situação e responder os questionamentos  
484 levantados. **Drº Francisco Eugênio** responde que na reunião anterior foi agendada uma  
485 reunião da comissão do fundo com o controlador, corregedor e o secretário de gestão pública,  
486 a qual resultou em uma ata e em um ponto de pauta nesta reunião. O conselheiro **Cicero**  
487 **Cipriano Pinto** questiona como está a questão da politica de saúde do trabalhador para  
488 Londrina, pois há um recurso no valor de 193 mil reais, e inclusive no dia de hoje recebeu a  
489 ligação de um trabalhador que tem passado por muitas dificuldades. **Cicero** prossegue e diz  
490 que na pagina 9 do relatório, que fala sobre a saúde do trabalhador na fonte 497, se vê que  
491 há vários nomes de contratação por tempo determinado, diante disso, gostaria de sugerir que  
492 seja feito um detalhamento de todas as contratações por tempo determinado e que isso seja  
493 pautado para a próxima reunião, para dar um encaminhamento e resolver de uma vez por  
494 todas a situação destas contratações e o que será ou não contemplado com concurso  
495 público, pois trata-se de valores significativos e é preciso pensar na solução deste problema.  
496 Cicero continua e diz que referente à fonte 497, item MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE  
497 VEÍCULOS, gostaria de saber do secretario se já foi resolvido o problema de um técnico para  
498 verificar os orçamentos. Cícero coloca que no tocante a assistência farmacêutica há um valor  
499 previsto de três milhões e 200 mil, um valor gasto de 2 milhões e 633 mil, perfazendo um total  
500 de 82%, diante disso, gostaria de saber porque ainda há falta de medicamentos em algumas  
501 unidades, quais unidades estão com falta, porque ainda não foi atingido os 100% e quando o  
502 consorcio aprovado no CMS irá atuar realmente. O secretário **Francisco Eugênio** diz que  
503 estará participando no dia 26 da assembleia do Consórcio Paraná Medicamentos. No tocante  
504 a questão do mecânico, já foi solicitada a criação da vaga para esta função nos concursos  
505 vindouros. No que tange a questão dos servidores temporários, foi encaminhado grande parte  
506 das substituições e ela será feita no próximo concurso, o qual está em fase de elaboração e  
507 será encaminhado a CML, sendo que os que não forem substituídos em concursos serão  
508 chamados de concursos ainda vigentes, e todos estes dados podem ser apresentados aos  
509 conselheiros futuramente, pois é algo que está caminhando de forma bastante positiva.  
510 **Francisco Eugênio** finaliza e diz que não pode responder a respeito do Cerest, pois é uma  
511 conta antiga e também gostaria de saber a situação atual com detalhes. O conselheiro **Cicero**  
512 **Cipriano Pinto** solicita que seja resgatada a ata da apresentação feita pela servidora  
513 Rosângela Campiolo do NST e que fosse verificada a infraestrutura e a questão da  
514 acessibilidade, para que o núcleo tenha melhores condições de trabalho, pois ele faz um  
515 excelente trabalho e há o recurso, o qual deve ser aplicado da melhor forma possível.  
516 **Francisco Eugênio** responde que tem conhecimento que foram feitas algumas melhorias,  
517 como a aquisição de veículos, mas não sabe informar sobre todo o valor, onde e de que  
518 forma esta sendo aplicado. **Eugênio** finaliza e diz ao conselheiro que irá levantar as  
519 informações que ficaram pendentes. **Sandra Regina** faz uso da palavra e diz que no tocante  
520 a execução do recurso da fonte 498, existe algumas dificuldades na licitação, com

521 medicamentos licitados dando deserto ou fracassado, e quando se consegue, algumas  
522 empresas não entregam o que consta na ata, inclusive esta sendo pedido a penalização  
523 destas empresas, ou seja, há uma dificuldade em se executar o orçamentos total. **Francisco**  
524 **Eugênio** coloca que recentemente, um usuário lhe questionou a respeito da falta de ritalina,  
525 no entanto, foi recebida uma correspondência do laboratório Novarts informando que eles  
526 suspenderam a produção de ritalina, inclusive foi preciso mandar uma cópia desta  
527 correspondência para o Ministério Público e para juízes da vara da fazenda, pois estavam  
528 querendo executar a SMS alegando que ela não estava querendo fornecer o medicamento,  
529 mas não há como fornecer se o laboratório fabricante parou de produzir o remédio. **Eugênio**  
530 finaliza e diz que há uma serie de situações em que o fornecedor acaba deixando a secretaria  
531 na mão, e infelizmente no poder público é preciso dar prazo de entrega, chamar o segundo e  
532 dar o prazo de entrega, entrar com as punições, para somente depois abrir outro processo de  
533 compra. A conselheira **Adriana Xavier Dorta** diz que paga sua conta de telefone e de agua  
534 todo mês referente àquilo que utilizou, porem, na pagina 11 do relatório constam estornos de  
535 pagamentos da AMS para a Sercomtel e Sanepar. **Sandra Regina** responde que no serviço  
536 público primeiro se emite a nota de empenho e depois da despesa executada, comprovada e  
537 documentada com o recebimento do servidor responsável, é feita a liquidação, emissão de  
538 ordem de pagamento e então o pagamento de fato, sendo que no caso citado foi feito  
539 somente o estorno da nota de empenho, ou seja, esta nota significa que está autorizado a  
540 fazer a despesa, não houve pagamento e saída de recurso que financeiro somente  
541 orçamentário. **Francisco Eugênio** explica que a nota de empenho é somente uma  
542 autorização para gastar. O Conselheiro Eliel Joaquim diz que no tocante a questão do Cerest,  
543 foi feita uma reunião há uns 5 meses atrás, e, na ocasião a servidora Denise, gerente da  
544 saúde do trabalhador do município, explanou algumas coisas e este conselho aprovou o  
545 orçamento do Cerest no valor de 314 mil reais. Na reunião de hoje, o conselheiro Cícero bem  
546 observou a questão dos 193 mil reais do Cerest. Diante disso, gostaria de solicitar que na  
547 próxima reunião do CMS, o secretário informe e apresente um relatório de onde está este  
548 dinheiro e no que foi gasto. O conselheiro **Cicero Cipriano Pinto** diz que estes 193 mil reais  
549 são outro recurso. Na pagina 27 do relatório está a questão do recurso do Cerest, mas como  
550 este recurso é anterior ate a nova divisão de bloco de valores de financiamento e este é um  
551 recurso lá atrás, já foi feito um plano de execução, foi aprovado pelo CMS e salvo engano  
552 ainda está na secretaria de gestão, sendo que este plano contempla vários itens, inclusive  
553 alguns para as UBS's. Cícero finaliza e sugere ao secretario que faça uma solicitação a  
554 secretaria de gestão, pedindo um detalhamento de como está este processo. **Francisco**  
555 **Eugênio** diz que os dados questionados pelos conselheiros serão levantados apresentados  
556 ao CMS. O conselheiro **Cicero Cipriano Pinto** questiona se o valor total de 920 mil do  
557 Cismepar é referente a um saldo anterior, se é ao contrato e ao consórcio, se ficou alguma  
558 pendencia e qual a pendencia real do município no tocante ao Cismepar. Cícero finaliza e diz  
559 que no que diz respeito ao valor de 629 mil da pagina 28, gostaria de solicitar que os  
560 sindicatos se reúnam com a presença dos usuários e forme uma comissão para ir até a  
561 gestão verificar como está à questão deste recurso, pois não dá mais para este recurso ficar  
562 parado e o servidor esperando por uma capacitação, sendo que poderia se fazer uma  
563 parceira com o estado para realizar esta capacitação. **Francisco Eugênio** coloca que  
564 concorda com a fala do conselheiro, inclusive esta sendo elaborado um plano para fazer  
565 novas licitações para capacitação em varias áreas. **Sandra Regina** coloca que os 920 mil do  
566 Cismepar, são valores que ficaram de saldo do contrato o qual foi aditivado. No tocante ao  
567 que há de debito com o Cismepar, a diretoria financeira está elaborando um relatório a pedido  
568 do próprio Cismepar, o qual poderá ser apresentado futuramente ao CMS. O conselheiro **Eliel**  
569 **Joaquim dos Santos** pede para que os conselheiros vejam com muita atenção a questão da  
570 aprovação da ata, pois o seu voto será não para está prestação de contas enquanto não for  
571 decidida toda a questão da Araguaia. **Drº Francisco Eugênio** faz uso da palavra e diz que  
572 antes que alguém diga que ele esta defendendo, gostaria de frisar que esta conta vem de

573 outra gestão. **Eugênio** continua e diz que é claro que qualquer não aprovação pode implicar  
574 em uma serie de situações para o município, e realmente se as contas não estão corretas  
575 elas não devem ser aprovadas. Quanto à questão da comissão do fundo ter se reunido e  
576 discutido, é uma ata da comissão que não pode ser aprovada ou não, ate porque foi uma  
577 reunião feita por aquele número de pessoas e os demais não participaram, e o que está  
578 sendo prestado de contas aqui é se algum dinheiro foi desviado, ou não foi gasto no que foi  
579 proposto, ou seja, se as contas estão corretas ou não. **Eugênio** continua e diz que as  
580 despesas apresentadas foram realizadas, e se há a não aprovação porque há desvios ou  
581 suspeitas de desvios, não da conta, mas por um fornecedor, isso cabe ao MP e a  
582 controladoria, e isso têm de ficar claro, do contrario, fica a impressão de que está se fazendo  
583 coisa errada, e é claro que se estiver fazendo coisa errada não deve ser aprovada a  
584 prestação, mas sua duvida é se está sendo feito coisa errada realmente. O conselheiro **Eliei**  
585 **Joaquim** diz que todos sabem e o secretário não precisa falar que isso não foi feito em sua  
586 gestão, no entanto, agora é responsabilidade da atual gestão, pois o outro prefeito já passou,  
587 foi cassado inclusive. Eliei continua e diz que enquanto representante de uma entidade  
588 sindical, não irá votar favorável a esta prestação de contas. O conselheiro **Cicero Cipriano**  
589 **Pinto** propõe que a votação da prestação de contas seja feita após o item nº 4 da pauta:  
590 **Relato da Comissão do Fundo Municipal de Saúde. O conselho aprova a proposta.** A  
591 seguir é passado ao ponto de pauta seguinte: **Aprovação do Relatório Anual de Gestão da**  
592 **Saúde referente a 2012. Rosilene Machado**, diretora de planejamento, inicia dizendo que o  
593 relatório vem todo mês para o CMS apreciar e é confeccionado a partir da avaliação da  
594 equipe técnica da saúde, e conta com um panorama da programação anual da saúde, na qual  
595 a comissão de acompanhamento dos instrumentos de gestão tem colaborado desde o ano  
596 passado. Este ano não foi possível analisar o relatório em reunião ordinária, e há o prazo de  
597 28/03/2013 para entregar o relatório ao TC e ao MS e colocar esse relatório no sistema,  
598 inclusive a regional telefonou informando que vai haver uma atualização sobre o sistema na  
599 próxima sexta-feira. **Rosilene** prossegue e diz que os conselheiros estarão recebendo um cd  
600 com o relatório anual de gestão, dentro deste relatório um capitulo sobre a programação anual  
601 de saúde, sendo que a comissão fez um analise deste capitulo, mas não fez um parecer  
602 devido ao tempo exíguo. A comissão realizou três reuniões nas datas de 08, 14 e 18, e a SMS  
603 procurou ajustar todos os apontamentos feitos pela comissão, sendo que o que passou pela  
604 referida comissão foi à programação anual de saúde, e a comissão também vai apreciar  
605 somente agora o relatório anual de gestão, que é o documento inteiro. Os conselheiros  
606 receberam o modelo do parecer, o qual deverá ser assinado por todos os conselheiros na  
607 próxima reunião extraordinária. Rosilene prossegue e pede para que os conselheiros atentem  
608 para o item três que diz: “*A opinião supra não elide e não respalda irregularidades não*  
609 *detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos*  
610 *legais que o caso ensejar*”, ou seja, o que o CMS estará aprovando é que ele concorda com  
611 as informações contidas no documento, no entanto, isso não impede que a SMS seja  
612 fiscalizada, pois toda a documentação irá para o TC e é ele quem vai fazer todo levantamento  
613 da contabilidade pública, com a relação de atividades feitas, comtemplando outro tipo de  
614 avaliação. **Rosilene Machado** coloca que a comissão decidiu por sugerir aos conselheiros  
615 que leiam o documento e no próximo dia 25 no auditório da Villa da Saúde, em uma reunião  
616 extraordinária, tragam apenas os questionamentos que se fizerem necessários. **Rosilene**  
617 finaliza e diz que será preciso que as conselheiras Juvira ou Beth homologuem o SARGSUS  
618 até o próximo dia 28/03. A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** diz que está com um  
619 problema na senha de acesso, mais estará indo ainda esta semana na prefeitura para  
620 resolver o problema e ler atentamente as 120 paginas do documento. **Rosilene Machado**  
621 explica que as duas conselheiras citadas são as representantes do CMS para homologar o  
622 relatório aprovado em reunião. A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** diz que enquanto  
623 fiscal SARGSUS representante do município entende que é necessária sua participação nas  
624 reuniões do fundo, inclusive já solicitou a mais de seis meses que lhe comunicassem quando

625 houvesse reunião, já que não pode adivinhar quando vai ter reunião, logo, gostaria de saber  
626 quem é o coordenador da comissão. **Rosilene Machado** responde que ela é a coordenadora  
627 da referida comissão e colocará a conselheira na lista para convocá-la para as reuniões. O  
628 conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** alega que é preciso separar competências e que primeiro  
629 deve-se definir qual o papel das duas conselheiras supracitadas, sendo que se o papel delas  
630 é o de homologar a decisão do CMS, é desnecessária a participação delas na reunião da  
631 comissão e conseqüentemente na formulação do relatório, logo, depois de definida as  
632 competências, verificar porque as conselheiras não foram chamadas para a reunião da  
633 comissão, até mesmo para que depois não se tenha nenhum sentido dúbio e todos entendam  
634 o real motivo pelo qual estas duas pessoas foram indicadas pelo CMS. A conselheira **Juvira**  
635 **Barbosa Cordeiro** coloca que caso o nobre conselheiro não tenha a informação, o  
636 estabelecimento de fiscais SARGSUS municipais e estaduais foi uma solicitação do próprio  
637 MS, e existem critérios formulados pelo próprio ministério e não pelo conselho, e caso o  
638 conselheiro queira ler a nomenclatura, talvez a Sandra tenha disponível. **Juvira** finaliza e diz  
639 que tem uma senha do MS que oferece acesso direto para o próprio. A conselheira **Joelma**  
640 **Aparecida de Souza Carvalho** diz que as conselheiras Juvira e Elizabeth são representantes  
641 SARGSUS do CMS de Londrina, e o CES tem os seus próprios representantes indicados,  
642 sendo que o papel dos fiscais SARGSUS é o de legitimar e homologar no sistema o que o seu  
643 respectivo conselho decidiu. A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** diz que lhe informaram  
644 na homologação do ano passado que a Elizabeth seria representante do CMS, porém,  
645 independente disso, esta é uma definição de critérios do MS, logo, o CMS, Juvira e a Beth  
646 não inventaram o que deve ser feito, pois são critérios pré-definidos, caso o nobre conselheiro  
647 que fez o questionamento não tenha conhecimento e não tenha procurado se informar. A  
648 palavra passa ao conselheiro **Lincoln Ramos e Silva**, que coloca que os conselheiros foram  
649 indicados para representar o CMS, no entanto, as decisões tem de ser acompanhadas por  
650 todos os conselheiros, principalmente no momento em que for discutido o plano municipal de  
651 saúde, ou seja, os acompanhamentos que foram citados devem ser feitos por todo o  
652 conselho, independente de existir uma conselheira representante e que vai referendar o CMS  
653 no SARGSUS, até mesmo porque a homologação somente será feita após a aprovação do  
654 conselho. O conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** faz uso da palavra e relata que recebeu  
655 um e-mail da PML, convidando para participar de uma audiência pública do PPA com a  
656 comunidade da na zona sul, algo que realmente é positivo, no entanto, o CMS também  
657 precisa estar participando desta discussão. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** coloca que  
658 a audiência do PPA citada pelo conselheiro Eliel será feita em todas as regiões da cidade.  
659 **Cícero** continua e diz que não quer entrar no mérito sobre a fala “nobre conselheiro”, mas,  
660 como faz gestão de documentos, gostaria de ter uma cópia das atribuições e competências  
661 dos conselheiros SARGSUS, inclusive a **Rosilene** pode trazer isso no dia 25 para que todos  
662 os conselheiros tomem ciência e não fica nenhum tipo de dúvida, pois embora ele saiba quais  
663 são as competências, muitos conselheiros podem não saber, e a secretaria do CMS pode  
664 subsidiar estes conselheiros com mais informação e conhecimento sobre todas as comissões,  
665 inclusive gostaria de elogiar o excelente trabalho desenvolvido pela secretária Sandra Bavia  
666 frente ao conselho. A conselheira **Adriana Xavier Dorta** pede questão de ordem e diz que a  
667 horário já está avançado, ainda não foi votada a prestação de contas, há vários assuntos para  
668 serem discutidos e por isso não acha justo que o conselho como um todo perca tempo com  
669 discussões pessoais. A diretora de planejamento **Rosilene Machado** esclarece que a  
670 comissão dos instrumentos de gestão tem por atribuição analisar o relatório anual de gestão e  
671 também o PPA 2014-2017, que é da prefeitura como um todo, sendo que será feita uma  
672 programação da comissão. A conselheira **Maria Osvaldina Mello Oliveira** informa ao  
673 conselheiro **Cícero** que ele não estava presente quando houve a votação e a indicação das  
674 conselheiras SARGSUS. **Rosilene Machado** coloca que na reunião do dia 25 trará as  
675 competências e atribuições dos fiscais SARGSUS. **Rosilene** finaliza e diz que todas as  
676 ausências nas reuniões da comissão foram devidamente justificadas. **Drº Francisco Eugênio**

677 faz uso da palavra e coloca em votação a aprovação de reunião extraordinária no dia  
678 25/03/2013, as 13:00 horas, no auditório da Villa da Saúde, tendo como único ponto de pauta  
679 a **Aprovação do Relatório Anual de Gestão da Saúde referente a 2012. (Parecer e**  
680 **Resolução). O conselho aprova a reunião extraordinária. Drº Francisco Eugênio** coloca  
681 que os conselheiros estão desde já convocados para a reunião supracitada. Seguindo os  
682 trabalhos, passa-se ao ponto de pauta ulterior: **Relato da Comissão do Fundo Municipal de**  
683 **Saúde. Drº Francisco Eugênio** destaca que na reunião anterior foi levantado o assunto da  
684 Araguaia e do conserto das ambulâncias, e, na ocasião, esclareceu que o material já havia  
685 sido enviado para a corregedoria e que a proposta era de que a comissão do fundo se  
686 reunisse com o controlador, corregedor e a SMGP. A reunião ocorreu, resultou em uma ata  
687 que será distribuída aos conselheiros e a comissão fará o relato do que foi discutido na  
688 ocasião. A conselheira **Janaina Mazzer Salinet** coloca que a reunião teve o escopo de dirimir  
689 dúvidas e saber quais providências foram tomadas, pois a comissão elaborou um ofício  
690 pontuando todas as irregularidades mediante notas fiscais que foram anexadas ao  
691 documento, sendo que o ofício foi entregue ao secretário da gestão passado e, no entanto, a  
692 comissão não obteve, de forma oficial, a resposta das providências tomadas. **Salinet** inicia a  
693 leitura da ata da reunião: **“ATA DA REUNIÃO PARA ESCLARECIMENTOS DOS**  
694 **RELATÓRIOS DE AUDITORIA Nº 56/2012 ( Araguaia Turbo Diesel) e nº 007/2010.**Aos  
695 *doze dias do mês Março de dois mil e treze, às quatorze horas, reuniram-se nas*  
696 *dependências da Prefeitura do Município de Londrina, Avenida Duque de Caxias, 635, os*  
697 *membros da Comissão encarregada de acompanhar e fiscalizar a prestação de contas do*  
698 *Fundo Municipal de Saúde e demais conselheiros para esclarecimentos referentes aos*  
699 *relatórios de auditoria nº 56/2012 (Araguaia Turbo Diesel) e nº 007/2010 (Prestação de*  
700 *serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de peças, acessórios,*  
701 *e mão de obra além de serviços de guincho para atendimento da frota de veículos leves e*  
702 *pesados da Administração Direta, Autárquica e Funcional do Município de Londrina.*  
703 *Estiveram presentes os seguintes membros do Conselho Municipal de Saúde: Eliel dos*  
704 *Santos, Natal de Oliveira, Janaina Salinet, Wagner Aguiar Almeida, Márcia Zambrim, Cícero*  
705 *Cipriano Pinto, Ildo Ioris e os seguintes representantes da Prefeitura Municipal de Londrina:*  
706 *Hélcio dos Santos – Controlador do Município, Alexandre Trannin –Corregedor do Município,*  
707 *Fábio Alfredo Gonçalves- Assessor da Secretaria Municipal de Gestão Pública e Francisco*  
708 *Eugênio Alves de Souza – Secretário municipal de Saúde; A reunião foi iniciada com a*  
709 *apresentação dos membros da Administração Municipal por parte do secretário Municipal de*  
710 *Saúde. O conselheiro Ildo, solicita que sejam apresentados os órgãos e suas funções dentro*  
711 *do Município; Alexandre, explica as atribuições da corregedoria e a forma que a mesma atua*  
712 *na apuração de processos de irregularidade, chamados de sindicância, onde após analisados*  
713 *os processos, e sendo identificadas irregularidades o mesmo é encaminhado para abertura de*  
714 *processo administrativo. Alexandre explica ainda que o relatório de controladoria é diferente*  
715 *do de sindicância, pois este último está sujeito obrigatoriamente a contraditório, pois é*  
716 *necessário haver provas para solicitar eventual ressarcimento ao erário ou até mesmo para*  
717 *encaminhamento ao Ministério Público. Em seguida o Controlador Hélcio fala sobre as*  
718 *atribuições da controladoria, onde entre elas, é feito um acompanhamento prévio ou*  
719 *concomitante aos processos, sendo realizado um relatório com apontamento dos indícios que*  
720 *posteriormente é encaminhado para apuração dos fatos, seja para a corregedoria ou para*  
721 *outro órgão. O conselheiro Natal questiona sobre a demora no processo de apuração dos*  
722 *fatos; Cícero complementa dizendo que em 2008 já foram apontados irregularidades com a*  
723 *empresa Araguaia, sendo enviados relatórios com os apontamentos identificados pelo*  
724 *conselho. Ele afirma ainda que, em após contato com o Ministério Público o mesmo informou*  
725 *que não recebeu nenhum destes processos. Alexandre explica o funcionamento do processo*  
726 *de apuração destes indícios e suas fases. Cícero diz ser inadmissíveis que algumas destas*  
727 *situações sejam apontadas no relatório como indícios, sendo que para este conselheiro está*  
728 *mais que claro a irregularidade, conforme apontada no relatório da controladoria. Cícero diz*

729 que a prefeitura não pode continuar cometendo o mesmo erro que comete desde 2006, onde  
730 contrata uma empresa que consegue outros orçamentos com preços menores a fim de  
731 comprovar seus valores, conforme apontado no relatório da controladoria pg. 15. Este  
732 conselheiro questiona se a NF não constitui prova como probalística? Eliel solicita que seja  
733 concluída de vez esta questão da Araguaia nesta reunião. Alexandre explica ainda que,  
734 dentro da corregedoria, para acusar alguém em casos específicos como este da empresa  
735 Araguaia, é necessário comprovação dos indícios mediante perícia. Alexandre diz ainda que o  
736 Município não tem hoje condições orçamentárias para realizar esta perícia. Eliel complementa  
737 que esta perícia precisa sair caso contrário os conselheiros não irão mais aprovar os  
738 relatórios dentro do conselho. Cícero retoma sua fala e diz que a respeito de não haver  
739 indícios e sim certezas das irregularidades, é baseado nos dois relatórios e em notas fiscais  
740 analisadas, no que tange a questão de trocas de peças e duplicidade de pagamentos de  
741 serviços, muitas vezes por não se ter um técnico responsável por estes acompanhamentos.  
742 Este conselheiro cita ainda na página 17 a quantidade de horas pagas para a pintura de um  
743 veículo, ressaltando o parecer da corregedoria. Alexandre diz que no caso de serviços de  
744 plotagem, o servidor já está respondendo por ter autorizado um serviço que não tinha  
745 previsão contratual; Cícero questiona se todos os envolvidos estão respondendo este  
746 processo, até mesmo quem autoriza o pagamento; O conselheiro Natal solicita a retomada ao  
747 foco da análise do relatório e aponta a irregularidade com o valor conforme descrito na página  
748 04. Janaína questiona em que fase que nós estamos diante desta solicitação. Alexandre  
749 explica novamente o trâmite deste processo de apuração dos indícios e afirma que eles  
750 também enxergam da mesma forma as irregularidades, entretanto, para entrar com ação de  
751 ressarcimento ao erário, e aplicação das punições devidas, é necessário provar por meio de  
752 perícia conforme dito anteriormente. Cícero diz que entende a existência de indícios de  
753 irregularidades, e que o conselho hoje tem a prerrogativa de solicitar esta perícia, e ajudar na  
754 resolução deste impasse, com a finalidade de ocorrer à devolução ao erário destes valores  
755 pagos indevidamente; Eliel diz que os conselheiros irão trabalhar sempre para que a  
756 autarquia de saúde retome a autonomia. Dr. Francisco complementa que a decisão de  
757 solicitar esta perícia deve partir do conselho, e depois de encaminhada esta solicitação, será  
758 dado andamento no processo para a realização da mesma; Alexandre propõe que para a  
759 resolução deste impasse, o conselheiro Cícero colabore tecnicamente com a corregedoria na  
760 apuração destas irregularidades; Cícero afirma que seu carro já foi amassado, devido a estas  
761 acusações e instrui que ajuda técnica seja prestada por meio de um perito particular.  
762 Alexandre mais uma vez o convida a colaborar tecnicamente com a corregedoria na apuração  
763 destes indícios; Cícero diz que não aceita por medo das consequências desta participação; O  
764 controlador Hélcio resalta a importância da participação técnica deste conselheiro para  
765 ajudar na resolução destes processos e diz ainda que este conselheiro não pode ter receio  
766 quanto a isto, pois o mesmo pode colaborar muito com a resolução deste problema; Eliel  
767 questiona a respeito da omissão de alguns dados do novo contrato no site da prefeitura; Fábio  
768 explica que existem informações que visam qualificar o contratado e são de cunho pessoal e  
769 particular, que por orientação jurídica devem ser resguardados, entretanto nada impede que  
770 com base em lei e desde que comprovada a finalidade, seja solicitada estas informações a  
771 Secretaria Municipal de Gestão Pública; Cícero afirma que nesta mesma lei existem vários  
772 incisos que não foram cumpridos; Fabio questiona qual, e conclui sua fala solicitando que  
773 sejam evidenciados os questionamentos a respeito das dúvidas pontuais sobre os processos  
774 licitatórios que invalidariam a contratação para que conste nesta ata; Ildo questiona porque a  
775 empresa está com o mesmo endereço. Fábio explica sobre o funcionamento do processo de  
776 rastreamento de vínculos; Ildo questiona se é possível afirmar que esta empresa não tem  
777 nada a ver com a empresa Araguaia; Fabio responde que cabe a eles avaliarem se esta  
778 empresa está legalmente apta a concorrer a licitação; Natal questiona o porquê os  
779 conselheiros não são convidados para acompanharem este processo de licitação; Fabio  
780 responde que este processo licitatório é público, e que cabe ao conselho procurar participar e

781 acompanhar estes processos; Eliel diz que os gestores têm a responsabilidade de informar e  
782 mostrar este contrato que entrou em substituição a empresa Araguaia; Cícero faz a leitura da  
783 lei 8689 com as atribuições do gestor e questiona se existe um técnico responsável para  
784 acompanhar estes processos; Fabio explica que hoje não se tem este técnico, e que a  
785 instrução é ter um técnico por secretaria, entretanto o município não tem em seu quadro de  
786 servidores equipe suficiente para esta finalidade e diz que hoje existem quatro técnicos destes  
787 no município; Cícero retoma a questão dos aditivos contratuais que em nenhum momento foi  
788 passado pelo conselho; Alexandre propõe que seja feito uma auditoria contábil para apuração  
789 destes indícios e que seja feito um encaminhamento por parte dos conselheiros com o  
790 detalhamento destas apurações; Janaina afirma que fizeram, e foi justamente após este  
791 encaminhamento que foi dado início a todo este processo; Eliel diz que vê como necessário a  
792 avaliação de uma perícia para comprovar as irregularidades apontadas; Doutor Francisco  
793 sugere que esta solicitação deve partir do conselho, que por sua vez encaminhará a Autarquia  
794 Municipal de Saúde que irá dar início ao processo licitatório para contratação desta perícia, e  
795 complementa ainda que isto demande tempo; Fábio se coloca a disposição dos conselheiros  
796 em especial do Cícero e do Sr. Natal para instruir a respeito dos procedimento administrativos  
797 nos contratos; Alexandre se compromete a notificar o conselho a respeito da Necessidade da  
798 corregedoria de ter a colaboração técnica destes conselheiros para a resolução das questões  
799 técnicas na apuração destes indícios de irregularidades; Márcia sugere que não fique  
800 centralizado apenas em uma pessoa e sim que seja constituída uma comissão técnica para  
801 auxiliar a corregedoria nesta apuração; Fábio explica a respeito dos dispositivos contratuais;  
802 Cícero questiona a respeito do treinamento dos servidores para o acompanhamento destes  
803 veículos da frota, uma vez que se têm recursos destinados a esta capacitação; O conselheiro  
804 Natal questiona a respeito da diferença de valores para manutenção de veículos de grande  
805 porte e veículos de pequeno porte; Doutor Francisco afirma que esta diferença se dá por  
806 conta do volume de veículos de pequeno porte ser bem maior que o de veículos grandes; Eliel  
807 solicita aos gestores para serem sensíveis na apuração das responsabilidades dos  
808 servidores, uma vez que se deve focar nas empresas que cometeram estas irregularidades;  
809 Cícero solicita que esta ata, juntamente do relatório seja encaminhada ao Ministério Público  
810 para acompanhamento; A reunião é encerrada às dezesseis horas e trinta minutos. Londrina,  
811 doze de Março de 2013. Ildo Ioris, Wagner A. Almeida, Marcia Zambrim, Janaína Salinet,  
812 Natal de Oliveira, Cícero Cipriano Pinto, Eliel dos Santos, Francisco Eugênio Alves de Souza,  
813 Hélcio dos Santos, Alexandre Trannin e Fábio Alfredo Gonçalves”. **Janaina** encerra a leitura  
814 e coloca que diante do que foi discutido, a comissão deliberou por trazer a discussão ao  
815 CMS, para que ele encaminhe a solicitação de uma licitação visando a realização de auditoria  
816 interna, sendo que paralelamente a isso foi questionado o novo contrato, e, segundo o  
817 assessor, a empresa foi destacada como apta e existe todo um processo de validação,  
818 inclusive com investigação de vínculo de CPF e tudo mais. **Janaina** solicita que o senhor  
819 **Fabio** apresente aos conselheiros o detalhamento de toda a fase de validação que culminou  
820 com a empresa sendo considerada apta, e ainda, a questão do encaminhamento ao MP, pois  
821 foi dito que se desconhecia tal informação. **Francisco Eugênio** coloca que enquanto  
822 secretário, tem todo um rito dentro da PML a seguir e qualquer duvida precisa encaminhar  
823 para a controladoria e corregedoria, e por isso que frisou na reunião da comissão que o  
824 pedido de auditoria interna e contratação de perícia teria de partir do CMS. O conselheiro  
825 **Cícero Cipriano Pinto** coloca que na linha 44 disse “não constitui como probalística a  
826 questão da nota fiscal”, e faltou a fala “o que então caracteriza”. **Cícero** continua e diz que na  
827 ata está colocado que solicitou perícia, mas o que solicitou foi uma auditoria, pois é muito  
828 difícil fazer uma perícia em um veículo que foi consertado há 6 meses atrás, e como poderá  
829 se diagnosticar uma peça que foi trocada há 6 meses atrás através de perícia. Cícero coloca  
830 que na linha 75 onde afirma que seu carro foi amassado, faltou a sua fala dizendo que não  
831 sabia os motivos e se era devido a isso ou não, e isso tem de ficar claro, do contrário, ficara  
832 parecendo que foi devido a determinado motivo. **Cícero** finaliza e destaca ser de suma



833 importância que o CMS aprove a auditoria, pois é recurso público que foi investigado e deve ser  
834 devolvido caso se comprove alguma irregularidade. A conselheira **Maria Osvaldina de Mello**  
835 **Oliveira** coloca que é a favor da realização de auditoria. A palavra passa ao conselheiro **Elie**  
836 **Joaquim dos Santos**, que sua fala na linha 128 “*Elie solicita aos gestores para serem*  
837 *sensíveis na apuração das responsabilidades dos servidores*”, se deve ao fato de que já há  
838 um inquérito administrativo aberto sobre 2 servidores, onde talvez na ansiedade e pela cobrança,  
839 tenha se pegado estes servidores como “bodes expiatórios”, sendo que na verdade eles  
840 cumpriram determinação de algum diretor ou gestor em um contrato que não foi eles quem  
841 assinaram. **Elie** diz que o CMS tem a responsabilidade de aprovar uma auditoria, e dentro  
842 desta auditoria que será contratada, o conselho possui algumas pessoas que podem  
843 acompanhar este processo de perto, e com esta auditoria aprovada pelo CMS poderemos dar  
844 um fim a este assunto. **Elie** finaliza e diz corroborar com a solicitação da Janaina para que o  
845 senhor Fabio apresente um detalhamento sobre o novo contrato para o conserto dos veículos  
846 e de que forma ele foi feito. O conselheiro Lincoln Ramos faz uso da palavra e diz que se  
847 lembra quando este assunto entrou como ponto de pauta no ano passado e agora volta ao  
848 CMS com algumas falas que são no mínimo absurdas, por exemplo, a do corregedor  
849 Alexandre que diz : “ *O município não tem condições orçamentárias para realizar esta perícia*”.  
850 **Lincoln** prossegue e questiona se é tão caro uma perícia, pois o cara vem, passa a mão no  
851 dinheiro, há indícios e não se consegue provar, pune-se os funcionários e a empresa que  
852 ganhou o dinheiro dela vai embora numa boa e fica tudo por isso mesmo. **Lincoln** pergunta  
853 se a proposta é para a provação de uma auditoria contábil e se realmente é muito caro uma  
854 perícia. **Drº Francisco Eugênio** coloca que é não adiantaria fazer uma perícia em uma peça  
855 colocada há muito tempo atrás, e com certeza ela seria inconclusiva. **Lincoln** questiona se a  
856 auditoria contábil dará conta de resolver a questão ou não. **Drº Francisco Eugênio** diz que  
857 na reunião foi colocado que uma das formas de se comprovar por perícia contábil, seria uma  
858 auditoria externa comprovando que as notas fiscais têm irregularidades, diante disso, se há a  
859 necessidade de comprovação e com o CMS fazendo a solicitação, dar-se-á um jeito de fazer  
860 a licitação de uma auditoria para o caso em questão. A conselheira **Isaltina Pires Cardoso**  
861 questiona que se não se pode pagar uma perícia, como irá se pagar auditoria. **Isaltina** coloca  
862 que muitas vezes o funcionário é punido porque recebeu ordens, logo, ou se pune todo  
863 mundo depois da auditoria ou não pune ninguém, pois talvez quem tem de ser punido está  
864 por aí bem tranquilo. **Isaltina** continua e questiona se no tocante a Araguaia houve uma nova  
865 contratação da mesma empresa com um nome fantasia distinto, ou seja, a mesma empresa  
866 com nome diferente. **Drº Francisco Eugênio** responde que a empresa está no mesmo local,  
867 mas a razão social, os sócios e o CNPJ são outros, e para isso serviu a fase de qualificação  
868 da empresa, justamente para verificar se havia ligação de CPF dos sócios da nova empresa  
869 com os da empresa antiga. **Eugênio** explica que houve a constituição de uma nova empresa  
870 com um novo CNPJ, a qual pode participar do processo licitatório. A conselheira **Adriana**  
871 **Xavier Dorta** questiona se é possível fazer este tipo de rastreamento de CPF. O conselheiro  
872 **Cicero Cipriano Pinto** coloca que o Manual para Conselheiros de Saúde, em sua página 28,  
873 diz: “*O CS pode buscar auditorias externas independentes para ajudar a fiscalizar as contas*”,  
874 logo, infere-se que esta é uma prerrogativa do CMS, e desde 2008 que participa do conselho,  
875 esta será a 1ª auditoria que o CMS vai aprovar, sendo que a auditoria não deve ser somente  
876 nas notas, mas em todo contrato, pois há vários aditivos que não passaram pelo conselho e  
877 que devem ser analisados, pois o CMS não pode mais admitir amadorismo, e, embora seja  
878 um trabalho voluntário e onde muitas vezes os conselheiros têm de tirar do próprio bolso para  
879 comparecer às reuniões. A conselheira **Julia Miyamoto** coloca que pode ser que um “laranja”  
880 esteja representando anterior, e se houver a auditoria, isso se deve muito à insistência dos  
881 conselheiros **Cicero** e **Natal**, que foram atrás e fizeram vários questionamentos. O  
882 conselheiro **Fahd Haddad** questiona se a atual gestão já fez alguma auditoria específica  
883 sobre a questão. **Drº Francisco Eugênio** responde que o processo está na mão do  
884 corregedor Alexandre e conta com duas auditorias, sendo uma de 2010 e outra de 2012, e

885 não há nenhum tipo de denúncia de irregularidades atuais. O conselheiro **Fahd Haddad**  
886 afirma que o município deve fazer uma auditoria e rever toda questão, e, caso esta auditoria  
887 não seja satisfatório, aí sim, contratar um auditoria independente, pois é preciso confiar na  
888 nova gestão para avaliar o assunto e dar um prazo para que conclua seu trabalho. O  
889 conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** questiona qual área da saúde serão destinados os 40  
890 carros adquiridos pelo SMS. Eliel coloca que a endemias está sem carros para realizar seu  
891 trabalho. **Drº Francisco Eugênio** diz que responderá esse questionamento nos informes. O  
892 conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** diz que na ata lida pela conselheira Janaina, o  
893 corregedor fala que *“existem indícios de irregularidades que nós não conseguimos uma*  
894 *contraprova, para provarmos que a Araguaia realmente roubou, surrupiou ou fraudou”*. O  
895 conselho tem a responsabilidade de aprovar uma auditoria e acompanhar isso ate o fim, onde  
896 saberemos quais são as irregularidades e onde elas estão, e poder cobrar, inclusive da  
897 promotoria publica, que está empresa ressarça os cofres públicos. **Drº Francisco Eugênio**  
898 coloca que esta é a segunda reunião que está presidindo no CMS, sendo que o assunto foi  
899 coloca em reunião anterior e nesta já esta se dando uma solução a ele. **Eugênio** continua e  
900 diz que não sabe quanto custa uma auditoria, não obstante, ou se será trazido ao conselho o  
901 processo licitatório para uma auditoria ou será feita uma consulta ao TC para verificar se eles  
902 podem fazer a auditoria para o conselho, independente da forma adotada, todos os passos  
903 serão trazidos ao conselho para o devido acompanhamento. **Eliel Joaquim dos Santos**  
904 coloca que não entendeu a fala do secretário sobre pedir autorização ao TC e questiona se  
905 vai ser aprovada ou não a auditoria no CMS. **Drº Francisco Eugênio** responde que disse que  
906 será pedida colaboração ao TC e não autorização, e que a auditoria ira sair e isso não se  
907 discute. O conselheiro **Cicero Cipriano Pinto** diz que o bloco 5 de gestão do SUS, em seu  
908 sub-bloco, no 1º item diz: *“O financiamento deverá apoiar iniciativas de fortalecimento da*  
909 *gestão”*. O bloco de gestão do SUS é composto pelos seguintes sub-blocos, e no 1º item ele  
910 fala de regulação, controle, avaliação e auditoria, logo, este recurso do bloco cinco pode ser  
911 utilizado para fazer a auditoria. **Drº Francisco Eugênio coloca em votação a realização de**  
912 **uma auditoria independente sobre o caso em questão. O conselho aprova de forma**  
913 **unanime a realização da auditoria.** **Eugênio** coloca que encaminhará a SMGP a solicitação  
914 feita pela conselheira Janaina. O conselheiro Lincoln Ramos coloca que havia outros  
915 questionamentos na fala da Janaina e que deve ser votados, por exemplo, o encaminhamento  
916 das informações ao MP. **Após votação, o CMS aprova de forma unanime o**  
917 **encaminhamento das informações e documentos ao Ministério Público.** **Drº Francisco**  
918 **Eugênio** coloca em votação a aprovação de um **convite para que a gestão apresente ao**  
919 **CMS o processo de validação da nova empresa, constituição, qualificação, razão social**  
920 **da empresa e cópia do novo contrato.** O conselheiro **Lincoln Ramos** coloca que pelo que  
921 pode ouvir dos demais conselheiros, resta claro que a gestão já deveria ter apresentado nesta  
922 reunião a copia do novo contrato, pois foi feita esta solicitação, por isso, deve ficar claro que  
923 esta se ratificando a necessidade de que seja feita a apresentação com a cópia do contrato, o  
924 qual até agora não apareceu. **Drº Francisco Eugênio** coloca que todas estas solicitações,  
925 embora discutidas na reunião da comissão, devem ser trazidas e aprovadas no CMS. A  
926 conselheira **Maria Osvaldina Mello Oliveira** diz que viu o contrato e ficou estarrecida, pois  
927 somente foi assinado por secretários e na outra gestão e não passou pelo CMS. **Após as**  
928 **colocações, o CMS aprova que seja feito convite a SMGP para que apresente as**  
929 **informações supracitadas.** **Drº Francisco Eugênio** coloca que fará o convite a gestão para  
930 que faça a apresentação na próxima reunião do CMS. **Drº Francisco Eugênio** passa a  
931 votação da **Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde Referente ao Mês de**  
932 **Dezembro de 2012.** O conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** diz que conversou com alguns  
933 conselheiros e a principio, estarão votando favorável a aprovação da prestação de contas,  
934 mas querem toda a questão esmiuçada, e, embora o secretário não tenha de nenhuma destas  
935 questões lá atrás, a responsabilidade de deixar isso claro é do gestor. **Eliel** finaliza e diz que  
936 espera que em 90 dias se tenha no mínimo um parecer favorável de toda a questão. **Drº**

937 **Francisco Eugênio** diz que para contratar uma auditoria, mesmo com o dinheiro do fundo, é  
938 preciso fazer um processo licitatório, e somado ainda a uma auditoria, não é possível garantir  
939 que em 90 dias tudo esteja pronto. **Eugênio** continua e diz que a auditoria irá ser feita e  
940 inclusive colocará um clausula dando total acesso a comissão que o CMS indicar, no entanto,  
941 o prazo é algo mais difícil de indicar. **Drº Francisco Eugênio** coloca em votação a **Prestação**  
942 **de Contas do Fundo Municipal de Saúde Referente ao Mês de Dezembro de 2012**. O  
943 conselheiro **Lincoln Ramos** aprova com ressalvas relacionas as notas da Araguaia e na  
944 questão do oxigênio. A conselheira **Janaína Mazzer** aprova com ressalva no tocante as  
945 notas da Araguaia. A conselheira **Maria Osvaldina Mello Oliveira** aprova com ressalva no  
946 tocante as notas da Araguaia. O conselheiro **Wagner Aguiar** aprova com ressalva no tocante  
947 as notas da Araguaia e do uniforme. A conselheira **Julia Miyamoto** aprova com as ressalva  
948 feitas pela comissão do fundo. Julia sugere que a comissão acompanhe os futuros auditores.  
949 A conselheira **Isaltina Pires Cardoso** não aprova a prestação de contas com declaração de  
950 voto. O conselheiro **Cicero Cipriano Pinto** não aprova a prestação de contas. A conselheira  
951 **Joelma de Souza Carvalho** aprova com ressalvas. A conselheira **Tereza Gonçalves**  
952 **Moreschi** aprova com a ressalva relacionada a Araguaia. O conselheiro **Fabio Molin** aprova  
953 com a ressalva. O conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** não aprova a prestação de contas.  
954 A conselheira **Lazara Regina Resende** aprova com as ressalvas contidas na ata. A  
955 conselheira **Elaine Nascimento** aprova com ressalvas, referendando o que a comissão do  
956 fundo colocou em ata. A conselheira **Rosicler Amarins** não aprova a prestação de contas. A  
957 conselheira **Adriana Xavier Dorta** aprova com as ressalvas feitas pela comissão do fundo. A  
958 conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** aprova com as ressalvas feitas pela comissão do  
959 fundo. O conselheiro **Fahd Haddad** aprova com a ressalva sobre a Araguaia. O conselheiro  
960 **Aylton Paulus Junior** aprova com a ressalva sobre a Araguaia e declara um voto de  
961 confiança a gestão que esta iniciando um novo trabalho no município. O conselheiro **Paulo**  
962 **Nicolau** aprova com a ressalva sobre a Araguaia. A conselheira **Mara Rossival Fernandes**  
963 aprova a prestação de contas, pois acredita que o que foi estabelecido hoje será cumprido, ou  
964 seja, feito à auditoria solicitada. A conselheira **Isaltina Pires Cardoso** justifica que votou de  
965 forma contraria porque na gestão anterior havia dito que votaria de forma contraria enquanto  
966 não fosse esclarecido o caso CIAP, as verbas que foram desviadas da saúde, e agora,  
967 gostaria de retificar que vai continuar não aprovando enquanto não for resolvido o caso Ciap e  
968 também a questão da Araguaia. **Com 16 votos favoráveis e 4 contrários, a prestação de**  
969 **contas é aprovada pelo CMS**. A seguir, é passado ao próximo ponto de pauta da reunião:  
970 **Discussão Sobre o Horário de Funcionamento das Unidades de Saúde União da Vitória**  
971 **e Maria Cecilia**. A conselheira **Maria Osvaldina Mello Oliveira** faz uso da palavra e inicia  
972 dizendo que a população esta surpresa com a informação de que as UBS' 16 horas passarão  
973 a funcionar 15 horas. **Osvaldina** coloca que o CONSUL não foi comunicado desta mudança e  
974 que ficou sabendo pela imprensa, sendo que a população da zona sul não concorda com esta  
975 mudança, pois agora ainda tem os prédios da COHAB e que aumentaram muito o fluxo de  
976 pessoas. **Osvaldina** coloca que com a UBS funcionando 16 horas, até as 23 as pessoas  
977 podem ir ao posto de saúde e após este horário procuram o hospital, mas muita gente não  
978 tem dinheiro nem mesmo para comer, imagine passe para procurar o PAM. **Osvaldina** finaliza  
979 e passa à palavra à senhora **Neuza**, conselheira local do Jardim União da Vitoria. A senhora  
980 Neuza faz uso da palavra e inicia que também ficou surpresa com a noticia de que a UBS  
981 União da Vitoria passaria a funcionar 15 horas, já que em uma conversa que teve com o  
982 secretário de saúde em reunião recente, este falou que isso se trava de um boato, não havia  
983 nada certo e que tinha ficado sabendo isso pelo conselho. Neuza prossegue e diz que no dia  
984 da entrega do espaço jovem, o prefeito garantiu, deu sua palavra de que ninguém iria tirar  
985 nada da população. Neuza finaliza e diz que isso deve ser um mal entendido e por isso  
986 gostaria de ouvir da boca do próprio secretário de saúde, pois não foi isso que foi combinado,  
987 e já que foi dito que esta mudança tinha o aval do conselho, é preciso que seja esclarecida a  
988 situação e informado qual conselho deu este aval, já que a comunidade nem cogita a

989 possibilidade de redução no horário de atendimento, já que aumentou os usuários e a  
990 demanda na UBS e não se pode, logicamente, diminuir a oferta de trabalho. Neuza coloca  
991 que sempre que alguém quer tirar alguma coisa, se começa pelo União, mas a comunidade  
992 não esta disposta nem a discutir esta possibilidade, já que o prefeito deu a sua palavra. **Drº**  
993 **Francisco Eugênio** coloca que não há nada decidido e se esta em fase de conversação. A  
994 conselheira **Maria Osvaldina Mello Oliveira** coloca que 350 famílias estão se mudando para  
995 o local, e como o posto perto do CAIC vai demorar para sair, é preciso aumentar a oferta na  
996 UBS União da Vitoria e não diminuir, pois lá é uma área muito carente e precisa dos posto. O  
997 conselheiro Eliel Joaquim coloca que todas as conquistas dos trabalhadores e usuários foram  
998 com muitas lutas, batalhas e discussões em conferencias, portanto, não é justo que uma  
999 discussão de bastidores chegue ate a imprensa e cause tamanha repercussão entre os  
1000 conselheiros e toda sociedade de Londrina. Eliel ressalta que o CMS será implacável com  
1001 todas as decisões que vierem de cima para baixo, pois o conselho tem de participar e decidir  
1002 todas as questões que estão sob sua égide e são de interesse aos usuários. Eliel continua e  
1003 diz ter certeza que o SINDSERV não dá o aval para esta redução no horário de  
1004 funcionamento, pois não dá para colocar em uma discussão como esta, uma entidade que  
1005 está defendendo seus trabalhadores e um caso de prejuízo aos usuários. Eliel prossegue e  
1006 diz que esta se tentando ver a possibilidade do Armindo Guazzi ser 16h e sai a noticia de que  
1007 as UBS's União e Maria Cecilia vão reduzir para 15 horas, diante disso, gostaria de pedir aos  
1008 demais conselheiros para que nem se entre nesta discussão, pois daqui a pouco as 52 UBS  
1009 vão virar 25, já que a proposta que esta na imprensa é que diminuindo o horário de  
1010 atendimento aos usuários vai se conter despesas, mas isso não deve ser as custas dos  
1011 usuários. A conselheira **Maria Osvaldina Mello Oliveira** questiona qual o conselho que deu  
1012 esta autorização. O conselheiro **Fabio Molin** esclarece que realmente saiu na imprensa, mas  
1013 o SINDSERV não deu nenhum aval ao secretario sobre a questão, pois o sindicato não tem a  
1014 prerrogativa e a competência para deliberar sobre horário de funcionamento de unidade de  
1015 saúde. Com relação aos trabalhadores, é uma prerrogativa da administração alterar o horário  
1016 do trabalhador e cabe ao sindicato representar os trabalhadores que se sentirem prejudicados  
1017 em seu direito. **Molin** finaliza e diz que se a secretaria tem esta intenção, precisa trazer a  
1018 discussão para o CMS e apresentar os dados levantados, que é o órgão competente para  
1019 tratar o assunto. O conselheiro **Cicero Cipriano Pinto** coloca que é preciso se pontuar qual  
1020 será a politica de atenção primária a saúde, pois é preciso pensar em uma politica macro, e  
1021 dentro dela, não se pode jogar fora todo avanço que teve essa comunidade, as conferencia  
1022 que estipulam, o pacto pela vida. É preciso que o secretário esclareça se o caso é boato ou  
1023 não e deixe claro qual é a politica que a gestão pretende adotar no tocante a atenção  
1024 primária, e ainda, de que forma esta sendo discutida a questão das redes de atenção à saúde  
1025 e o decreto 7508, o qual até agora não foi discutido no município de Londrina e que altera em  
1026 seu a artigo 9º, as portas de entrada a saúde. Cicero questiona de que forma o município vai  
1027 por em pratica o decreto supracitado, já que isso vai ter um impacto na atenção primária à  
1028 saúde. Cicero diz acreditar que a questão do horário é boato e uma interpretação equivocada  
1029 de alguma fala do secretario, que não iria dizer que haveria redução de horário. É preciso  
1030 pensar em um novo modelo, o qual não prejudique a comunidade, já que o atual não resolveu  
1031 os problemas dos usuários. Cicero finaliza e diz que esteve recentemente na Policlínica e viu  
1032 que é preciso uma atenção especial com esta unidade, pois é um espaço de oferta municipal  
1033 de serviço e que pode ser melhorado, e não é preciso terceirizar, pois se otimizar a Policlínica  
1034 ela pode servir de braço para as unidades. No tocante a UBS União da Vitoria, não é possível  
1035 reduzir o horário, do contrário, é preciso ampliar e melhorar o atendimento. O conselheiro  
1036 **Lincoln Ramos** questiona se houve alguma solicitação por parte dos trabalhadores no  
1037 sentido de reduzir a jornada nas unidades citadas. A conselheira **Adriana Xavier Dorta**  
1038 coloca que se lembra da vitória que foi quando as UBS's tiveram ampliação de horário de  
1039 funcionamento. Adriana diz que não se pode levar a ferro e fogo tudo que sai na imprensa e  
1040 que conhece bem a UBS Maria Cecilia. Adriana continua e diz que há um novo conjunto em

1041 que é o Vista Bela, que é uma nova cidade dentro de Londrina, sendo que todos sabem da  
1042 sobrecarga nas unidades de saúde, e o lugar mais próximo do Vista Bela para um  
1043 atendimento mais longo é justamente a UBS Maria Cecília. Adriana diz que ao pensar nesta  
1044 possibilidade de diminuição, leva em conta que todos estão reunidos aqui tentando desafogar  
1045 os hospitais, onde há muitos anos as pessoas com problemas pequenos procuram os prontos  
1046 socorros, algo que o secretário sabe muito bem. Se esta diminuição de horário for realmente  
1047 verdadeira, é preciso deixar claro se haverá aumento nos número de funcionários do PAM e  
1048 se as UPAS vão realmente funcionar, ou seja, questionamentos fundamentais, pois não se  
1049 pode se basear em um mês de atendimento, que não se precisa mais de determinada  
1050 unidade, e será maravilhoso se tivermos o prazer de presenciar um dia, dados que  
1051 demonstrem que o Londrinense não precisa do hospital e da UBS, pois isso será prova que o  
1052 serviço que iria de ser prestado pelas UBS's realmente funciona, que é o de trabalhar a  
1053 prevenção para ninguém adoecer, algo que esta longe de acontecer. Adriana solicita que se  
1054 olhe com carinho a questão, até mesmo em nível de imprensa, pois é muito complicado e  
1055 constrangedor para os conselheiros serem tachados como mandantes de desmandos na  
1056 saúde de Londrina. Adriana finaliza e diz que seu papel no conselho e de colaborar e  
1057 fiscalizar para que o atendimento na saúde funcione bem, mas não é obrigada a ficar levando  
1058 nome na rua, pois representa uma comunidade e é cobrada por isso. O conselheiro **Fabio**  
1059 **Molin** esclarece ao conselheiro Lincoln que os servidores não solicitaram alteração no  
1060 horário, e na verdade existe um grupo de servidores neste serviço que tem uma redução de  
1061 carga horaria, por ato administrativo da secretaria. A conselheira **Maria Osvaldina Mello**  
1062 **Oliveira** afirma que preciso aumentar o horário nas unidades e não diminuir. **Drº Francisco**  
1063 **Eugênio** faz uso da palavra e inicia dizendo que existe um problema legal de sobreposição de  
1064 horários para ser resolvido nas 2 unidades 16 horas. Não é realmente uma reivindicação dos  
1065 servidores, mas havia uma desarmonia e insatisfação interna. Ocorre que há um grupo que  
1066 trabalha 6 horas de manhã e 2 grupos que trabalham 5 horas a tarde e a noite, ou seja, 16  
1067 horas o total, sendo que estes grupos que faziam 5 horas, complementam sua carga horária  
1068 nos plantões de final de semana e o excedente são horas extras, e o pessoal que faz 6 horas,  
1069 pelas informações recebidas, entram menos na rotação do fim de semana e quando fazem  
1070 recebem horas extras, diante de tudo isso, havia uma certa desarmonia entre os considerados  
1071 "privilegiados" da manhã contra a os demais grupos, algo que começou a gerar uma serie de  
1072 problemas internos. Foi colocado desde ano passado, inclusive uma proposta, de que uma  
1073 saída talvez seria o pessoal da tarde fazer turmas, com um dia um fazendo 10 horas outro dia  
1074 o outro, além de outras sugestões de como resolver a questão, sendo preciso conversar para  
1075 resolver o problema. Eugenio continua e diz que no tocante a fala do Eliel, realmente não  
1076 falou no conselho, mas não disse que não viria para o conselho a questão, pois para trazer ao  
1077 CMS é preciso primeiro levantar os dados e os conselheiros votarem com segurança. Eugenio  
1078 questiona se algum conselheiro viu alguma norma ou resolução tomada, pois a discussão  
1079 está apenas no inicio e emanou de um problema existente entre os servidores das unidades,  
1080 inclusive de servidores que querem fazer 12 horas para não trabalhar no fim de semana, com  
1081 o posto passando a funcionar 12 horas. Eugenio coloca que está conversando com as  
1082 equipes e que também se reuniu com os conselhos locais, sendo que a senhora Neuza  
1083 realmente estava na reunião, inclusive gostaria de dizer que lamenta, mas a conselheira local  
1084 não entendeu ou não ouviu direito, pois foi explicada a situação que estava acontecendo, e  
1085 uma das ideias que foi colocada foi a de diminuir 1 hora da noite, mas não para não atender a  
1086 população, mas por uma questão interna gerencial, e isso deve ficar bem claro. Eugenio diz  
1087 que foi feita uma reunião com o União da Vitória e o Nova Esperança, onde foi colocada toda  
1088 situação e em nenhum momento foi enganado ninguém, pois foi colocada a proposta e dito  
1089 que estava aberto para outras sugestões. **Eugenio** continua e diz que também foi feita uma  
1090 reunião com a região norte, onde estava presente o conselheiro **Wagner** e também foi  
1091 explicada toda situação. **Eugenio** diz que se reuniu com os servidores e muitos deles não  
1092 querem modificar, mas foi colocado que em uma primeira análise, inclusive a senhora que

1093 falou pode confirmar, no último horário, funcionando até as dez era algo que dava pra tentar.  
1094 A conselheira **Maria Osvaldina Mello Oliveira** diz que gostaria de ser convidada para  
1095 qualquer reunião na região sul sobre a saúde. **Drº Francisco Eugênio** coloca que fez a  
1096 reunião citada porque queria ouvir o conselho local, que é quem esta mais próxima da UBS.  
1097 **Eugênio** diz que está em processo de auscultas da situação e ao mesmo tempo ouvindo  
1098 propostas de como resolver o problema. **Eugênio** diz que gostaria de deixar claro que foi  
1099 iniciada uma conversa com os servidores e os conselhos locais para resolver a questão. A  
1100 conselheira **Adriana Xavier Dorta** pede questão de ordem e diz que a fala deve ser dos  
1101 conselheiros titular primeiramente, depois para os suplentes e somente depois aberto aos  
1102 visitantes, sendo que toda fala deve ser no microfone para registro em ata. **Drº Francisco**  
1103 **Eugênio** coloca que em nenhum momento foi feita uma resolução sobre o assunto, mas  
1104 foram pedidos estudos para a área de RH, caso ocorresse como ficaria os servidores que  
1105 precisassem mudar de unidade, processo de remoção, ou seja, um processo de análise,  
1106 avaliação, de ouvir a comunidade sobre uma das propostas, com o objetivo de resolver um  
1107 problema existente, no entanto, não há nenhuma resolução tomada. O conselheiro **Eliel**  
1108 **Joaquim** diz que viu na Folha de Londrina e na rádio Paiquere, e o que o secretário de  
1109 saúde fala na imprensa é o que ela vai dizer. Eliel diz que está no jornal que a partir do dia 1 a  
1110 redução já seria implementado, sendo que o secretário falou que ainda estava sendo  
1111 discutido e que fez discussões com algumas comissões, e o sindicato diz que não foi feita  
1112 nenhuma discussão com eles. **Drº Francisco Eugênio** afirma que foi feita reunião com o  
1113 SINDSERV e os 2 conselhos locais. A conselheira **Rosicler Amarins** pede questão de ordem  
1114 e coloca que o conselheiro local da região norte disse que não foi convocado para nenhuma  
1115 reunião. O conselheiro **Wagner Aguiar** diz que foi convidado como regional representante da  
1116 região norte para proposta da unidade, e diz que comunicou o conselho local. O conselheiro  
1117 **Cícero Cipriano Pinto** diz que lhe causa espanto se pensar em uma política reduzindo  
1118 horário. A prerrogativa do CMS é garantir o direito do usuário, aquilo que está nas  
1119 conferências, o que foi discutido e pactuado. Essa questão não deve nem ser discutida, se é  
1120 um problema administrativo tem de ser analisada no órgão competente e não o CMS, pois o  
1121 que o conselho tem de garantir é que a UBS funcione às 16 horas, e o que deve ser  
1122 encaminhada é aprovação de uma resolução dizendo que o CMS não discute redução de  
1123 horário nas UBS's, se for ao caso, tem de ampliar e ponto final. É preciso se pensar em uma  
1124 política de rede, que atenda de forma regional, onde se atenda a população de forma  
1125 resolutiva e não tenha UBS com equipes formadas por apenas 2 ACS's, é isso que precisa se  
1126 discutir e não horário de funcionamento de unidade de saúde, pois isso já foi definido em  
1127 conferência e nem deve ser mais discutido. A conselheira **Isaltina Pires Cardoso** diz que  
1128 deve se reduzir as horas extras e contratar funcionários, mas não por contenção de despesas.  
1129 **A senhora Neuza** faz uso da palavra e diz que foi feito o convite para que o secretário  
1130 comparecesse a reunião do conselho local do União, a qual ele não pode comparecer. Diante  
1131 disso, o conselho local formou uma comissão e foi até a secretaria. Neuza prossegue e diz  
1132 que o secretário falou que ela não havia entendido sua fala ou era surda, mas gostaria de  
1133 deixar claro que mesmo com 69 anos ainda escuta muito bem e entende também, por isso  
1134 representa uma comunidade. No dia da reunião, o secretário disse que tudo não passava de  
1135 boato. **Drº Francisco Eugênio** responde que não chamou a conselheira de surda e alega que  
1136 não disse na reunião que era um boato, tanto que apresentou a proposta à conselheira. A  
1137 senhora **Neuza** afirma que o secretário falou que se tratava de um boato. **Drº Francisco**  
1138 **Eugênio** responde que justificou que estava havendo a discussão de uma proposta, mas não  
1139 que era um boato. A senhora **Neuza** afirma que o secretário falou que se tratava de um boato  
1140 e que não havia nada concreto, inclusive o prefeito deu a palavra dele que não mexeria no  
1141 horário, inclusive a comunidade não vai aceitar redução no funcionamento da UBS, e vai  
1142 buscar o apoio do CMS e da promotoria, pois estão tirando de quem não tem. **Drº Francisco**  
1143 **Eugênio** diz que a conselheira pode ficar tranquila, pois está sendo estudada uma forma de  
1144 resolver a questão. A conselheira **Maria Osvaldina Mello Oliveira** pede para que se

1145 encaminhe para votação. **Drº Francisco Eugênio** coloca que não há nada definido, mantem-  
1146 se às 16 horas e vai ser discutida a possibilidade das 10/10 horas dos servidores. Na  
1147 sequencia, os conselheiros aprovam a proposta de para que não se volte a discutir  
1148 redução de carga horária nas UBS's, somente para aumento. O conselheiro Eliel Joaquim  
1149 destaca seu carinho pela senhora Neuza, pois é uma batalhadora desde de que o União da  
1150 Vitoria foi invadido, e é uma pessoa que tem seu respeito e representa de fato sua  
1151 comunidade. Eliel coloca que o secretario Francisco foi deselegante com a conselheira e  
1152 diminuir horas de UBS não vai ser mais discutido neste conselho. **Drº Francisco Eugênio**  
1153 coloca que não foi deselegante, apenas disse que ela não tinha ouvido bem, alias, não falta  
1154 com educação com ninguém e tem o direito de exigir o mesmo. A seguir, é passado ao ponto  
1155 de pauta seguinte: **Esclarecimentos Sobre Reforma na UBS Lindóia**. A conselheira **Juvira**  
1156 **Barbosa Cordeiro** faz uso da palavra e diz que gostaria de saber para quando é a reforma. O  
1157 mato da no fundo da UBS está muito alto e na frente também esta grande. Juvira diz que  
1158 esteve na UBS no dia 18/03 as 09:00 e foi recebida muito bem pela coordenadora da UBS,  
1159 enfª Celina Teruko, que relatou que a estrutura da unidade está com problemas, não  
1160 comporta mais a demanda da população, pois há novos bairros na região, inclusive estão  
1161 atendendo usuários de Ibiporã, logo, a reforma e urgente, além disso, uma das equipes de  
1162 PSF está incompleta e falta o médico. No tocante a equipe do NASF, falta o profissional  
1163 psicólogo. No tocante a equipe de odonto, não há PSF e conta com dentista de 0-20 e para  
1164 atendimento a gestante, com uma agenda de oferta reprimida de dois anos, agendando  
1165 retorno para 2014. Diante todo o exposto, a situação e bastante urgente é preciso uma  
1166 reforma e ampliação imediatamente. Ha ainda cadeiras quebradas e quatro ventiladores que  
1167 não funcionam. **Drº Francisco Eugênio** solicita que a conselheira Juvira lhe encaminhe estas  
1168 informações para providencias. No tocante ao mato, foi feita uma relação de unidades que  
1169 precisam de capina e foi repassado para a CMTU para as devidas providencias, a qual se  
1170 comprometeu a capinar as unidades. A reforma do Lindoia está no pacote de unidades que  
1171 estavam todas paradas e não tinham ido para licitação de projeto e nem de construção, e  
1172 agora esta se correndo contra o tempo para realizar tudo dentro do prazo. A conselheira  
1173 **Rosicler Amarins** diz que ouviu a seguinte fala da última vez: "*você não acredita em mim, em*  
1174 *junho começaremos a reforma*", ou seja, essa fala foi no ano passado. **Rosicler** ressalta que  
1175 a situação no Lindoia está muito complicada, inclusive há fotos documentando tudo, com  
1176 sacos segurando chuva na lavanderia, o mato com 3 metros de altura, rachaduras não  
1177 estrutura, ou seja, não dá mais para aguentar esta situação, pois como é que se pode cobrar  
1178 da comunidade para que cuide da dengue se o mato da UBS está com 3 metros de altura.  
1179 Rosicler continua e relata que o ventilador da unidade caiu na cabeça de uma pessoa e a  
1180 machucou, e foi colocado um ventilador de papelão no lugar só para dizer que tem. Rosicler  
1181 destaca que vem brigando por essa questão há 3 anos e não viu melhora alguma, sendo que  
1182 UBS Lindoia merece uma pouco mais de atenção, pois atende mais de 12 bairros, inclusive a  
1183 Vila Rural de Ibiporã. **Drº Francisco Eugênio** diz que para exemplificar, teve uma conversa  
1184 longa e boa com o CLS na zona sul. A conselheira **Rosicler Amarins** diz que se o secretario  
1185 falar que teve uma conversa com o CLS do Lindoia estará mentindo, pois ela é o conselho  
1186 local do Lindoia. **Drº Francisco Eugênio** diz que não precisa mentir, está somente dando o  
1187 exemplo para dizer que foi resgatado o projeto de ampliação da UBS União da Vitoria que  
1188 estava lá desde 2003. A equipe de arquitetos foi discutir com o pessoal daquele CLS sobre a  
1189 chuva que desce da ribanceira no união, ou seja, está sendo feito um levantamento rápido de  
1190 todas as unidades que precisam de reforma, e a Rosilene tem colocado que são inúmeras  
1191 unidades que necessitam de reforma, e estamos correndo com os projetos de construção,  
1192 inclusive alguns foram padronizados para não precisar de uma licitação para cada projeto,  
1193 como é o caso da unidade lá do Vista Bela, do Pind que vai trocar de unidade, Ouro Verde,  
1194 Cristal, e uma série de unidades, pois temos de correr por isso, até mesmo por uma obrigação  
1195 moral de atender a população e utilizar recursos que já estavam pactuados, e foi preciso  
1196 trazer um arquiteto para a equipe para agilizar o processo, pois nem isso existia e se fosse

1197 licitar unidade por unidade complicaria muito mais. **Drº Francisco Eugênio** finaliza e diz que  
1198 só pode pedir um pouco mais de paciência para conseguir os objetivos. A conselheira  
1199 **Rosicler Amarins** pede desculpa pelos desabafos, mas na unidade não há nem lugar para  
1200 guardar os prontuários, e a CMTU poderia ao menos cortar o mato da UBS já que cortaram o  
1201 mato da rua está semana e não foram na UBS. **Drº Francisco Eugênio** responde que já  
1202 solicitou a capina de várias unidades junto a CMTU. A conselheira **Maria Osvaldina de Mello**  
1203 **Oliveira** coloca que na próxima reunião extraordinária serão apresentadas todas as unidades  
1204 que serão construídas ou reformadas. O conselheiro Eliel Joaquim diz que viu o projeto da  
1205 SMS sobre as reformas e construções e ele é fantástico, mas o Drº Francisco sabe que essa  
1206 tarefa não é fácil e seu chefe também não será fácil em Londrina, mas há coisas que  
1207 precisam ser feitas nas UBS's que se trata de manutenção, e isso é uma obrigação mensal da  
1208 SMS, independente de licitação isso tem de ser feito, para acabar com esta reclamação da  
1209 conselheira que têm de fazer isso toda reunião do conselho, já que não se resolve a questão.  
1210 A conselheira **Rosicler Amarins** mesmo cobrando de maneira firme, não consegue que a  
1211 manutenção na sua unidade seja feita. O conselheiro **Wagner Aguiar** questiona se a CMTU  
1212 já tem uma planilha com a lista das unidades que precisam de capina. **Drº Francisco**  
1213 **Eugênio** responde que já existe uma planilha e a CMTU já está fazendo a capina. A  
1214 conselheira **Adriana Xavier Dorta** diz que a CMTU está capinando somente a frente das  
1215 unidades, deixando as laterais e o fundo, logo, é preciso que o secretário faça uma solicitação  
1216 mais precisa. **Drº Francisco Eugênio** responde que isso será encaminhado. A conselheira  
1217 **Julia Miyamoto** diz que não adianta capinar, é preciso arrancar o mato. **Drº Francisco**  
1218 **Eugênio** responde que vai sugerir isso a CMTU. O conselheiro **Cicero Cipriano Pinto** diz  
1219 que já esta pedindo questão de ordem há 10 minutos e ainda não teve seu pedido acatado.  
1220 Cicero coloca que é preciso se pensar em uma política de saúde regional, com planejamento  
1221 e organização, e não atender uma questão micro aqui e acolá, pois isso é apagar incêndio.  
1222 Cícero pede para que na próxima reunião, sejam apresentadas todas as unidades que tem  
1223 contrato, como estão às reformas, e quem compõe a comissão que faz as manutenções das  
1224 unidades, pois cobramos muito aqui e não sabemos quantas pessoas são, pois só assim  
1225 podemos avançar nas discussões. A conselheira **Adriana Xavier Dorta** pede questão de  
1226 ordem e coloca que a próxima reunião tem somente um ponto de pauta. **Drº Francisco**  
1227 **Eugênio** coloca que a equipe de manutenção é muito dedicada, porém, muito pequena. **Drº**  
1228 **Francisco Eugênio** passa ao próximo ponto de pauta da reunião: **Esclarecimentos Sobre**  
1229 **Suposta Divergência entre Pagamento/Consumo de Oxigênio na AMS**. A conselheira  
1230 **Juvira Barbosa Cordeiro** faz uso da palavra e inicia dizendo que recebeu recentemente,  
1231 uma denúncia por escrito, com toda a qualificação da denunciante, e ela foi protocolada no  
1232 MP junto ao promotor Paulo Tavares, ao Comitê de Transparência para o vice-prefeito de  
1233 Londrina, a SMS junto ao Drº Francisco Eugenio e a Comissão de Seguridade Social. Juvira  
1234 prossegue e faz a leitura do ofício que fez em nome do CLS do Leonor e como conselheira  
1235 municipal de saúde: *“Venho por meio desta, requerer abertura de procedimento para*  
1236 *averiguar a denuncia que chegou as minhas mãos (cópia em anexo), referente aos*  
1237 *pagamentos do consumo de oxigênio da AMS de Londrina. Esse documento chegou via e-*  
1238 *mail e teria sido protocolado para o prefeito Alexandre Kireeff, mas, causou-me estranheza*  
1239 *que o protocolo não tem o carimbo do gabinete e todo documento protocolado deve ter o*  
1240 *carimbo. Diz a denúncia: “requer abertura do procedimento para averiguar se os pagamentos*  
1241 *de consumo de oxigênio da ASM são compatíveis com a quantidade efetivamente consumida*  
1242 *na assistência em saúde ofertada pelo município. Fez uso do portal da prefeitura fale com o*  
1243 *prefeito, pois há muito tempo corre um burburinho de que se paga mais do que se consome”.*  
1244 *Em resposta recebeu uma carta eletrônica da DSES, datada do dia 22/02/2013, segundo a*  
1245 *denunciante, mau educada e carregada de desaforos e ofensas a pessoa, e que não informa*  
1246 *os gastos reais do consumo de oxigênio pela AMS, nem um dia, semana ou mês. É um direito*  
1247 *do cidadão saber onde e como está sendo empregado o dinheiro que pago, e em havendo*  
1248 *denúncias, elas devem ser rigorosamente apuradas, inclusive tornar públicos os resultados*



1249 apurados. Se tudo foi feito dentro de um critério ético e de forma lícita, porque negar a  
1250 informação e fazer ofensas. Diante disso, não me resta outra alternativa se não requerer:  
1251 1º. Apuração da veracidade das denúncias por meio de uma amostragem de consumo e  
1252 comparação com os referidos pagamentos efetivados de todos os meses, o que quer dizer  
1253 semanas e dias, do ano de 2010/2011/2012, e por amostragem aleatória de 5 meses dos  
1254 anos de 2007/2008/2009, a fim de que não haja mais dúvidas e no caso de se apurar  
1255 qualquer irregularidade, que se tome as providências cabíveis para responsabilizar a quem de  
1256 direito, e caso se aplique, que restitua os valores financeiros ao município". **Juvira** diz que  
1257 no ofício, não está fazendo juízo de valor se isto é pertinente ou não, mas essa denúncia  
1258 chegou por meio de ofício e não consegue enquanto conselheira, receber um documento  
1259 como este que a pessoa fala claramente sobre o caso e não fazer algo. Se esta denúncia for  
1260 vazia, que esta pessoa seja processada, porque isso que ela fez aqui, dizendo claramente RG  
1261 e CPF, ou ela tem muita coragem para dizer que isso é verdade e por isso esta fazendo a  
1262 denúncia, ou ela é muito inconsequente porque imagina que isso não será apurado. **Juvira**  
1263 propõe que isso seja apurado e verificado se realmente procede, e caso afirmativo, que se  
1264 restitua para o município, no entanto, não quer acreditar que isso possa ser verdade, mas é  
1265 de vital importância a apuração da veracidade disso. **Drº Francisco Eugênio** diz que na ata  
1266 da reunião da comissão do fundo, em determinado momento, alguém cita a questão do  
1267 oxigênio. Na comissão do fundo foi solicitado e a equipe está fazendo o levantamento de  
1268 unidade por unidade que utiliza o oxigênio, referente aos últimos meses, mas não garante dos  
1269 últimos anos, pois se for fazer desde 2007 mês a mês a coisa vai longe. **Eugenio** coloca que  
1270 na próxima reunião poderá trazer os dados de fevereiro para trás até onde se conseguir  
1271 chegar, inclusive com os dados de consumo, valor que se pagava na licitação da época e na  
1272 atual, copia dos contratos e outras informações. **Eugênio** finaliza e diz que a denúncia  
1273 também será apreciada e feita à investigação. A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** deduz  
1274 que a denúncia é muito grave e se não procede, a denunciante deve ser punida  
1275 exemplarmente. **Drº Francisco Eugênio** diz que a questão já foi colocada em uma reunião  
1276 que teve com o MP, e foi explicado que a SMS estava apurando, até porque o MP tem suas  
1277 dúvidas sobre a lisura desta denúncia e que isso deveria ser investigado. A seguir, é passado  
1278 ao ponto de pauta subsequente: **Esclarecimento a Respeito da Cesta Básica dos**  
1279 **Servidores da AMS.** O conselheiro **Fabio Molin** diz que este é um dos pontos de pauta do  
1280 SINSERV com relação às reivindicações da sua data base. Existem alguns valores  
1281 diferenciados com relação ao auxílio alimentação que os servidores têm direito, logo, esta  
1282 sendo requerido junto ao prefeito, que seja feita a equiparação destes valores, inclusive o  
1283 prefeito tem demonstrado um tratamento especial em relação a esta situação, até porque ele  
1284 também entende que não pode ter esta diferenciação, visto que todos têm o mesmo direito.  
1285 Com relação as outras secretarias citadas pela conselheira **Juvira**, ocorre que alguns serviços  
1286 são economia mista, e o prefeito neste ponto justificou que estes servidores são regidos por  
1287 um outro regime, por exemplo a SERCOMTEL, que tem uma participação da COPEL e do  
1288 município, logo, eles tem o poder de deliberar e ampliar o auxílio alimentação para seus  
1289 servidores, mas é claro que como representante dos servidores, o SINDSERV sempre  
1290 buscará ampliar o direito de seus trabalhadores. **Drº Francisco Eugênio** responde que nas  
1291 conversas que teve com o sindicato isso não lhe foi colocado, por isso, gostaria que o **Fabio**  
1292 lhe enviasse a questão, para que possa reforçar esse pleito, pois se é uma questão de  
1293 isonomia, faz questão de lutar e colaborar. A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** diz que  
1294 muitos servidores lhe procuraram e relataram a questão, e mesmo com todas essas  
1295 explicações feitas, a diferença de 200 para 700 reais é muito grande, pois 200 reais é muito  
1296 pouco para que um servidor que atua em um trabalho estressante como o na AMS, pois eles  
1297 precisam ter ao menos a tranquilidade para trabalhar e ter o direito a uma cesta básica mais  
1298 decente e justa. O conselheiro **ElieI Joaquim** diz que é válida a preocupação da conselheira  
1299 **Juvira**, porém, os servidores do município têm o seu sindicato para representá-los e pleitear  
1300 suas reivindicações, logo, esta discussão não deve vira para o CMS, pois há uma entidade

1301 politica eleita para representar seus servidores. O conselheiro **Fabio Molin** diz que irá  
1302 encaminhar ao secretário uma cópia da pauta de reivindicações do SINDSERV. A seguir, é  
1303 passado ao próximo ponto de pauta da reunião: **Correção da Resolução do CMS nº 17/2010**  
1304 **e Aprovação da Resolução 03/2013 do CMS.** **Drº Francisco Eugênio** coloca que em 2010  
1305 foi feita a seguinte resolução: “O CMS reunido em 14/12/2010 resolve: aprovar o relatório  
1306 anual de gestão da AMS para vigência 2010/2013”. **Eugênio** continua e diz que o conselho  
1307 tem de ratificar a Aprovação do Plano Municipal de Saúde de Londrina – **Secretaria**  
1308 **Municipal de Saúde para vigência no período de 2010/2013**, pois na resolução  
1309 17/2010/CMS foi colocado *relatório anual de gestão da AMS para vigência 2010/2013* e na  
1310 ata está registrado - Aprovação do Plano Municipal de Saúde -, ou seja, a resolução acabou  
1311 sendo feita errada, por isso, e preciso passar por reunião para correção. **Drº Francisco**  
1312 **Eugênio coloca em votação a aprovação da correção da resolução 17/2010 e da**  
1313 **resolução 03/2013 do CMS. O conselho aprova de forma unanime.** Seguindo os trabalhos,  
1314 é passado ao último ponto de pauta do dia: **Informes.** A palavra passa a diretora **Fatima**  
1315 **Tomimatsu**, que diz que informa que é esta sendo feito um novo contrato com o CISMENPAR,  
1316 sendo que já existe um contrato de 2008 que irá vencer em abril de 2013, e está sendo  
1317 tramitado um novo contrato do CISMENPAR, o qual precisa ser referendado pelo CMS. A única  
1318 diferença neste contrato com o CISMENPAR, é que o que está em vigência contempla o  
1319 CISMENPAR na parte ambulatorial, HZN, HZS e o programa de saúde mental, e agora, no  
1320 novo contrato, por orientação do jurídico e acordo com o CISMENPAR, serão feitos 3 contratos:  
1321 CISMENPAR ambulatorial, HZN e HZS e outro para o programa de saúde mental do município.  
1322 Os valores permanecerão os mesmos e a única diferença e o desmembramento deste  
1323 contrato atual. O CISMENPAR hoje é um serviço público-público, e o contrato com ele é por  
1324 inexigibilidade e sem licitação. Já foram feitas reuniões com as direções dos hospitais, e esta  
1325 na fase final dos planos operativos que fazem parte do contrato e é preciso o referendo do  
1326 CMS para firmar a contratualização. O conselheiro **Cicero Cipriano Pinto** faz uso da palavra  
1327 e diz que este assunto deve ser pautado em reunião do CMS e não pode entrar como  
1328 informe. No tocante a formulação e renovação de contrato, existe uma comissão de  
1329 acompanhamento desse contrato, a qual nunca foi convocada para participar dessa  
1330 discussão, e isso é algo que precisa ser melhorado. **Cicero** solicita que o assunto seja  
1331 pautado para próxima reunião, para análise e aprovação do CMS. A conselheira **Maria**  
1332 **Osvaldina Mello Oliveira** diz que gostaria de saber da possibilidade de melhorar a questão  
1333 do tempo de espera para a consulta no CISMENPAR, pois esta demorando muito e a pessoa  
1334 têm e fazer exame de sangue duas vezes. **Drº Francisco Eugênio** pede para que o assunto  
1335 seja encaminhado à ouvidoria. **Fatima Tomimatsu** diz que fica pautado para a próxima  
1336 reunião e serão trazidos todos os contratos vigentes e tramitando, bem como o relato das  
1337 comissões, pois elas estão funcionando e vários conselheiros participam. O conselheiro  
1338 **Cicero Cipriano Pinto** coloca que está na comissão de acompanhamento do contrato com o  
1339 CISMENPAR, no entanto, jamais recebeu convite para reunião. **Fatima Tomimatsu** diz que a  
1340 comissão não se reuniu recentemente. O conselheiro **Lincoln Ramos e Silva** informa que  
1341 amanhã ocorrerá a 5ª Oficina Capacitação de Conselheiros, promovida pela 17ª RS. A oficina  
1342 será no hotel LONDRISTAR as 08h30min e contará com a participação de 5 conselheiros do  
1343 CMS previamente indicados. **Lincoln** informa que no dia 23/04 acontecerá o 3º Encontro  
1344 Macrorregional Norte, entre o CES e os secretários executivos dos CMS. **Lincoln** informa que  
1345 o CES estará definindo o calendário para o 3º Ciclo de Debates em Saúde do Trabalhador, e  
1346 provavelmente a 17ª RS vai receber este calendário e sem dúvida precisará do apoio do CMS  
1347 de Londrina para estar contribuindo com a realização deste evento. A conselheira **Maria**  
1348 **Osvaldina Mello Oliveira** informa que no dia 27/04, no HZS, às 08:00 horas, o Consul fara  
1349 uma oficina com os conselheiros da zona sul e rural. **Osvaldina** pede a indicação de três  
1350 conselheiros do CMS para participar da oficina supracitada. O conselheiro **Wagner Aguiar**  
1351 informa sobre evento no dia 22/03, dia mundial das águas, no lago norte, as 09:00 horas.  
1352 **Wagner** informa que no dia 22/03, às 14 horas, na Villa da Saúde, acontecerá a reunião do

1353 comitê da dengue. A conselheira **Julia Miyamoto** pede que sejam contratados estagiários na  
1354 UBS, pois eles ajudam bastante os ACS's. A conselheira **Isaltina Pires Cardoso** informa que  
1355 a conselheira Nádia pediu para informar que a Comissão de Saúde Mental realizara uma  
1356 reunião no próximo dia 22/03, às 14 horas, na Villa da Saúde, na sala da gerente de saúde  
1357 mental. O conselheiro **Cicero Cipriano Pinto** informa que esteve recentemente em uma  
1358 reunião no São Francisco, um grupo de idosos, inclusive ele ficaram de elaborar um  
1359 documento e para protocolar junto ao secretário, referente ao atendimento medico na região  
1360 do São Francisco, pois antigamente ia um ônibus com a equipe para fazer o atendimento e ao  
1361 que parece não está indo mais. Cicero continua e diz que aproveitando a presença do senhor  
1362 Elcio, gostaria de destacar o brilhante trabalho que ele realizou frente a endemias, e se hoje  
1363 Londrina teve uma redução no índice de dengue, isso se deve ao trabalho realizado pela  
1364 equipe dele, por isso, gostaria de agradecer e parabeniza-lo pelo trabalho. O conselheiro **Eliel**  
1365 **Joaquim dos Santos** informa que o projeto de lei que faz a mudança na paridade e na  
1366 eleição para presidência do CMS, foi aprovado na comissão de seguridade social e na  
1367 comissão de justiça da CML, estará entrando para discussão na câmara. A conselheira  
1368 **Lázara Regina Resende** informa que a Comissão de Capacitação do CMS receberá, no dia  
1369 17/04, na Villa da Saúde, uma palestra do promotor Drº Paulo Tavares sobre legislação e  
1370 participação social, basicamente sobre a lei 141 e resolução 453 e do plano municipal e sua  
1371 relação com a participação social. **Lázara** informa que o CR-DST/AIDS e Tuberculose estará  
1372 realizando no dia 23/04, um evento no calçadão sobre tuberculose. O conselheiro **Eliel**  
1373 **Joaquim dos Santos** ratifica que o projeto de lei citado por ele anteriormente deve ser  
1374 aprovado sem mudança na CML. **Drº Francisco Eugênio** responde que todo projeto pode ser  
1375 objeto de emenda de qualquer vereador. O conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** coloca  
1376 que um projeto de lei aprovado pelo CMS tem de ser respeitado. A conselheira **Lázara**  
1377 **Regina Resende** questiona se o evento de capacitação de conselheiros pode receber um  
1378 *Coffee Break*. **Drº Francisco Eugênio** diz que não ha licitação vigente para *Coffee Break*. O  
1379 conselheiro **Edson Facundo** justifica que não poderá participar da reunião extraordinária no  
1380 próximo dia 25, pois estará em uma reunião em Curitiba. A conselheira **Rosicler Amarins**  
1381 elogia as melhorias na estrutura do CEO. A conselheira **Adriana Xavier Dorta** pede uma  
1382 atenção especial da SMS com relação aos medicamentos de pacientes asmáticos, pois sua  
1383 filha e cadastrada no programa de asma de Londrina e conseguiu pegar o medicamento dela  
1384 apenas uma vez, pois toda vez que vai ao posto do Gavetti o medicamento esta em falta,  
1385 inclusive certa vez foi encaminhada para outra unidade e lhe forneceram uma bombinha  
1386 vencida, e teve de protocolar na promotoria pública o caso. Diante disso, gostaria que fosse  
1387 feito um levantamento sobre estes medicamentos. A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro**  
1388 informa que o CLS do Jardim Leonor não tem interesse nenhum que as coordenadoras da  
1389 UBS Leonor sejam mudadas, e em momento algum, ela, Juvira, fez qualquer documento e se  
1390 ele existe gostaria de ver sua assinatura no mesmo porque ela é falsa. Juvira informa que a  
1391 reportagem feita sobre o suposto problema que aquela pessoa estava sofrendo lá foi armada,  
1392 prova disso, é que as 4 horas da tarde, ela Juvira e a Simone estavam realizando um  
1393 preenchimento do livro ata, e lá esta para quem quiser ver, que ela soube por fonte fidedigna  
1394 quem foi que armou aquilo e como armou. Juvira continua e diz que denúncias que estão  
1395 aparecendo lá, feitas por pessoas nada fidedignas, já que se fosse honesta a denuncia teria  
1396 sido feita por papel, foi feita para o secretário de acessibilidade Almir Escatambulo, sendo que  
1397 ele lá esteve e constatou que nada daquilo era verdade. Juvira finaliza e diz que as entidades  
1398 representativas na saúde ou em qualquer outro âmbito na região do Leonor, é a Associação  
1399 do Leonor, Morumbi e Charrua e o CLS do Jd Leonor, as demais, não representam nada e  
1400 ninguém na região, apenas a si próprio. **Juvira** informa que no dia 23 e 24 aconteceu a 9ª  
1401 mostra de teatro de rua. O conselheiro **Aylton Paulus** justifica a ausência da conselheira  
1402 Margarida de Fátima Fernandes. A conselheira Mara Rossival Fernandes informa que o ICL  
1403 finalizou a estatística do seu relatório anual de atendimentos 2012. Rossival diz que ficou  
1404 surpresa com o número de casos novos em 2012, já que o hospital mantinha uma media de

1405 4000 casos novos por ano, e em 2012 esse número subiu para 7600. Rossival diz acreditar  
 1406 que muita gente não tinha acesso passou a tê-lo, ainda assim, são mais de 3000 casos novos  
 1407 que foram atendidos e que assustaram. O conselheiro **Cicero Cipriano Pinto** informa que na  
 1408 última segunda feira, foi discutido a questão do decreto que o prefeito assinou com relação à  
 1409 questão das feiras livres, onde foi formada uma comissão para discutir as características  
 1410 específicas e inclusive eles sugeriam a revogação deste decreto. **Drº Francisco Eugênio**  
 1411 coloca que vai acontecer reuniões com os feirantes no dia 25 e 27, e na verdade talvez seja  
 1412 uma questão de termos que devem ser esclarecidos no trabalho feito pela vigilância, do que  
 1413 propriamente de revogação. O conselheiro **Cicero Cipriano Pinto** coloca que é importante  
 1414 também se fazer o trabalho de capacitação de conselheiros, pois infelizmente alguns ainda  
 1415 cometem equívocos grotescos, se auto representar e se achar dono de entidade. **Drº**  
 1416 **Francisco Eugênio** informa que na próxima sexta feira acontecerá reunião do comitê da  
 1417 dengue e na outra quarta feira deverá ser divulgado o novo LIRA. **Eugênio** informa que  
 1418 amanhã ocorrerá a reunião do CRESMS e do CIB regional no hotel Londristar. **Eugênio**  
 1419 informa que a servidora Regina Cortes da DST/AIDS estará recebendo uma homenagem em  
 1420 Curitiba pelo trabalho realizado na TB. **Eugênio** informa que foram adquiridas 11 Kombi: 1  
 1421 para a farmácia, 1 para o almoxarifado, 2 para transporte de pacientes, 3 para zona rural e 4  
 1422 para endemias. **Eugênio** informa ainda que foi adquirido 1 veículo para manutenção, 26 para  
 1423 o PSF, 1 para o DST/AIDS e 2 para a saúde do trabalhador. Não havendo mais assuntos a  
 1424 reunião é encerrada. Esta ata foi elaborada pelos servidores Anderson Luiz Oliveira Silva e  
 1425 Divina Marcucci, revisada pela servidora Sandra Bavia e será assinada pelos conselheiros  
 1426 abaixo:

Titular	<b>Francisco Eugenio Alves de Souza</b>	
Suplente	<b>Valéria Cristina Almeida A Barbosa</b>	
Titular	<b>Djamedes Maria Garrido</b>	
Suplente	<b>Lincoln Ramos e Silva</b>	
Titular	<b>Jose Luiz de Oliveira Camargo</b>	Ausente
Suplente	<b>Janaina Mazzer Salinet</b>	
Titular	<b>Ângelo Caires</b>	
Suplente	<b>Fábio Vinicius Molin</b>	
Titular	<b>Lazara Regina de Resende</b>	
Suplente	<b>Carmem Lucia Lazaro Garcia</b>	Ausente
Titular	<b>Isaltina Pires Cardoso</b>	
Suplente	<b>Sandra Iara Sterza</b>	
Titular	<b>Eliel Joaquim dos Santos</b>	
Suplente	<b>Nadya Christiane Silveira Pelizzari</b>	
Titular	<b>Fahd Haddad</b>	
Suplente	<b>Ana Paula Cantelmo Luz</b>	
Titular	<b>Mara Rossival Fernandes</b>	
Suplente	<b>Artemísia Bertolazzi Martins</b>	Ausente
Titular	<b>Aylton Paulus Junior</b>	
Suplente	<b>Margarida de Fatima F. Carvalho</b>	Ausente com justificativa
Titular	<b>Maria Célia Paiva Rodrigues Gregghi</b>	Ausente
Suplente	<b>Joselito Tanios Hajjar</b>	Ausente
Titular	<b>Paulo Fernando Moraes Nicolau</b>	
Suplente	<b>Nobuaqui Hasegawa</b>	Ausente
Titular	<b>Cicero Cipriano Pinto</b>	
Suplente	<b>Natal de Oliveira</b>	Ausente com justificativa
Titular	<b>Valmir Alves da Rocha</b>	Ausente com justificativa
Suplente	<b>Ivete Nobile</b>	Ausente
Titular	<b>Eliane da Silva Nascimento</b>	

Suplente	<b>José Aparecido Martins</b>	Ausente
Titular	<b>Wagner Aguiar</b>	
Suplente	<b>Terêncio de Lima</b>	
Titular	<b>Maria Osvaldina de Mello Oliveira</b>	
Suplente	<b>Livaldo Bento</b>	Ausente com justificativa
Titular	<b>Juvira Barbosa de Souza Cordeiro</b>	
Suplente	<b>Antonio Escatambulo</b>	
Titular	<b>Rosicler Amarins de Moura Vaz</b>	
Suplente	<b>Antonio Barrichello</b>	Ausente
Titular	<b>Julia Satie Miyamoto</b>	
Suplente	<b>Iracema Caldeira O. Ferreira</b>	Ausente
Titular	<b>Adriana Xavier Dorta</b>	
Suplente	<b>Edson Facundo</b>	
Titular	<b>Márcia Beghini Zambrim</b>	Ausente com justificativa
Suplente	<b>Tereza Gonçalves Moreschi</b>	
Titular	<b>Joelma Ap<sup>a</sup> de Souza Carvalho</b>	
Suplente	<b>Elizabeth Bueno Candido</b>	
Titular	<b>Ildo Ioris</b>	Ausente com justificativa
Suplente	<b>Ana Barbara de T. Lourenço Jorge</b>	Ausente

1427